Estado da Arte
Atividades Econômicas Sustentáveis no Pantanal

Estudos de Caso com foco no Ecoturismo
Sesc Pantanal | Projeto Panthera

Wetlands INTERNATIONAL

ESTADO DA ARTE
ATIVIDADES ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS NO PANTANAL

&

Estudos de Caso com foco no Ecoturismo

Sesc Pantanal | Projeto Panthera

Cyntia Cavalcante Santos

2019

Wetlands INTERNATIONAL

Mupan

O PROGRAMA CORREDOR AZUL

O Programa Corredor Azul surgiu a partir da parceria de Organizações da Argentina e Brasil. É uma iniciativa da Wetlands International e inicialmente implementado no Brasil pela Mupan (www.mupan.org.br).

Como um caminho de desenvolvimento justo para a região, o Programa Corredor Azul propõe mobilizar esforços para proteger o Sistema Paraná-Paraguai como um bem ecológico, social e econômico para a humanidade. Seu principal objetivo é salvaguardar a saúde e conectividade do Sistema Paraná-Paraguai de Áreas úmidas em benefício das pessoas e da natureza.

Para isso, o Programa Corredor Azul prevê intervenções locais para salvaguardar e aprimorar as interconexões sociais, políticas, ambientais e econômicas de três grandes áreas úmidas que compõem o Sistema - o Pantanal, os Esteros de Iberá e o Delta do Paraná (Figura 1). Ao mesmo tempo, prevê ações para garantir que todo o corredor seja sustentado e protegido como um sistema de áreas úmidas dinâmicas e fluidas.

Estendendo por 3.400 km desde o Pantanal brasileiro, passando pela Bolívia e Paraguai até desembocar no Delta do Paraná, na Argentina, o Sistema Paraná-Paraguai (Corredor Azul) é um dos últimos exemplos do mundo de um grande sistema de rios de fluxo livre e contínuo. A trajetória de desenvolvimento atual, guiada por resultados econômicos imediatos e fortes interesses privados ameaçam o funcionamento natural dessa região única e coloca em risco economias locais, culturas e biodiversidade e resiliência frente às mudanças climáticas. A sustentabilidade da região está em jogo.

Mais informações em: corredorazulpantanal.org

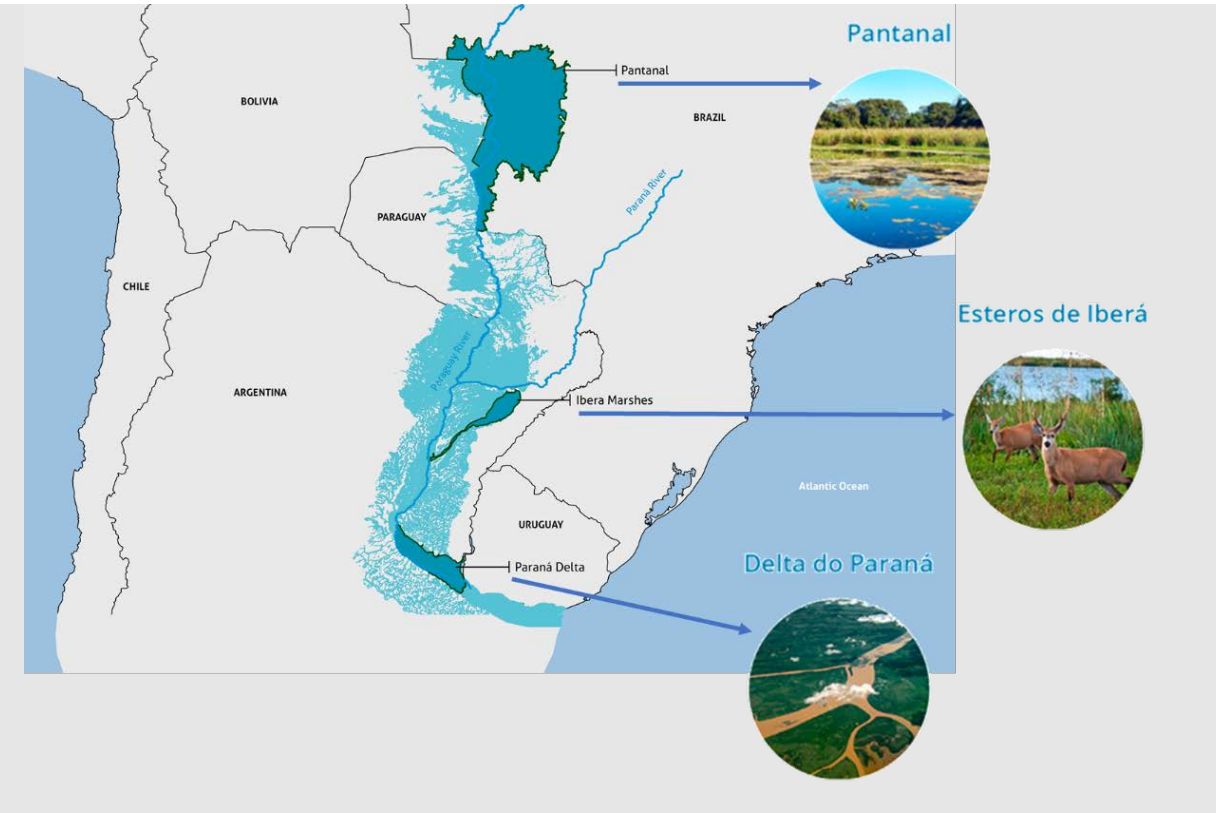


Figura 1.- Abrangência do Programa Corredor Azul com destaque para as três áreas úmidas no Brasil e Argentina, cujas ações promovem a saúde e conectividade do Sistema Paraná-Paraguai de Áreas úmidas em benefício das pessoas e da natureza.

Sumário

1. APRESENTAÇÃO 4

2. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS NA BACIA DO ALTO PARAGUAI .. 7

2.1. Introdução aos Conceitos Gerais de Sustentabilidade e Econegócio 13

2.2. Certificações Ambientais 18

2.2.1. Certificadoras e suas diretrizes 28

2.2.2. Alternativas de Planejamento e Categorias de Apoio Financeiro para Econegócios 32

3. SEGMENTOS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS NO PANTANAL... 35

3.1. Principais Atividades Econômicas Sustentáveis desenvolvidas no Pantanal 36

3.1.1. Agricultura e pecuária Sustentável 36

3.1.2. Produtos e serviços da biodiversidade do Pantanal 40

Frutos e sementes 40

Apicultura/Mel 43

Carne e couro de jacaré 44

Pesca e aquicultura 45

3.1.3. Turismo no Pantanal 47

Impactos de atividades sobre o Turismo 50

Atrativos Turísticos no Pantanal 53

Os principais segmentos de turismo para a região do Pantanal: 54

- ✓ Ecoturismo 54
- ✓ Ecoturismo em Áreas Protegidas no Pantanal 54
- ✓ Turismo histórico-cultural 56
- ✓ Turismo Científico 57
- ✓ Etnoturismo 58
- ✓ Turismo de Pesca Esportiva 59
- ✓ Turismo de Aventura 60
- ✓ Turismo de Negócios 60
- ✓ Turismo rural e de base comunitária 61

4. ANEXO I 63

5. REFERÊNCIAS 71

6. ESTUDOS DE CASO 77

6.1. SESC Pantanal - Poconé/MT 78

6.2. Projeto Panthera - Poconé/MT 79

1. APRESENTAÇÃO

Os cientistas publicaram que a Terra entrou em uma nova era: o Antropoceno (Barnosky *et al.* 2011, Venter *et al.* 2016, Dornelas *et al.* 2019). Estamos em meio a uma crise ambiental e uma revolução geológica de origem humana. Desde a revolução industrial, nosso planeta mudou para um novo estado. Os traços de nossa era urbana, consumista, química e nuclear permanecerão milhares ou mesmo milhões de anos nos arquivos geológicos do planeta e sujeitarão as sociedades humanas a dificuldades consideráveis. Muitas discussões têm discorrido sobre o problema da finitude dos recursos naturais disponíveis na natureza e como os seres humanos têm um papel fundamental no uso planejado desses recursos.

A cada dia surgem evidências cientificamente comprovadas de que a biodiversidade e os recursos naturais são fontes de imenso potencial de uso econômico (Young & Bakker 2014, Metzger *et al.* 2019). Essa grande variedade de sistemas vivos distintos possui valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético, além de seu valor intrínseco, fundamental para a manutenção dos serviços ambientais, responsáveis pela sadia qualidade de vida. É a base para diversas atividades econômicas, como agricultura, pecuária, piscicultura, silvicultura e do extrativismo, e essencial para a indústria alimentícia, farmacêutica e de cosméticos (Figura 2). A biodiversidade é a base para a biotecnologia, além da fonte de renda para as comunidades locais (MMA 2019).

Atividades econômicas geram riqueza através da extração, transformação e distribuição de recursos naturais e de bens e serviços que visam atender as demandas humanas. A economia de um determinado sistema está atrelada às oportunidades tecnológicas, ao contexto histórico e organização social da civilização, bem como à aspectos geográficos e ecológicos que caracterizam determinados aspectos da paisagem, como o uso do espaço pela agricultura e pecuária, que permite o desenvolvimento de produção como medida de progresso da economia de uma região.

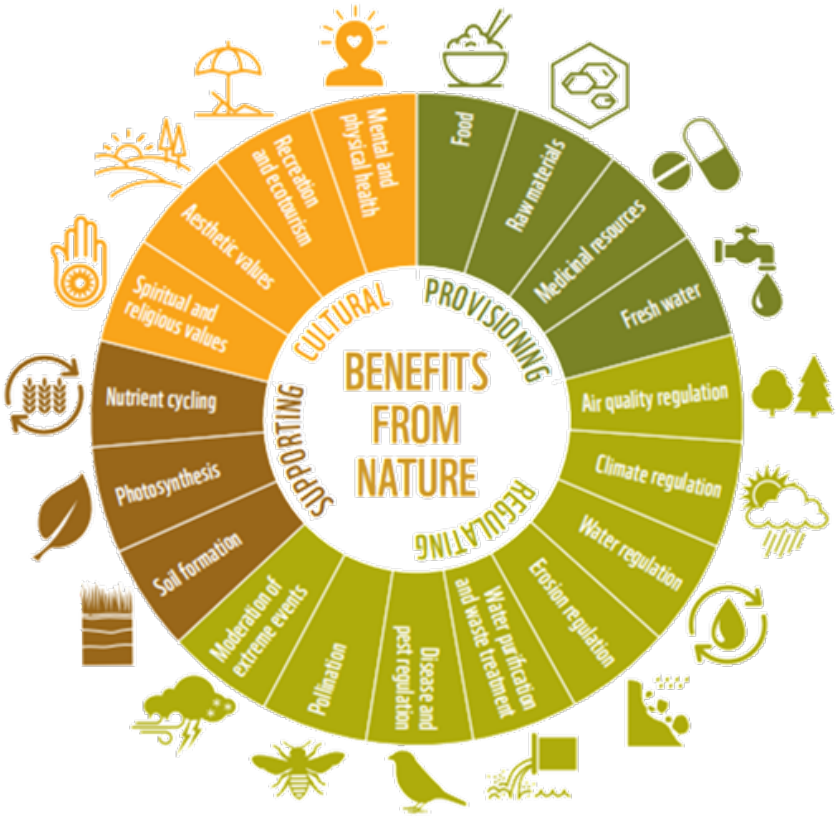


Figura 2.- Recursos e serviços provenientes da natureza. Fonte: WWF Living Planet Report 2018.

Em um mundo atualmente mais preocupado com a conquista de espaços para produtos e serviços diferenciados, as atividades econômicas passam a ter características sustentáveis, e o mercado agrega termos específicos como 'econegócios (ecobusiness)', 'negócios verde', 'produto sustentável', com expectativa do ganho de espaços expressivos por parte das empresas que estão procurando garantir a conquista de produtos e serviços ecologicamente corretos.

A partir do fim do século XX uma forte conscientização ecológica foi iniciada em meio à sociedade mundial e, mecanismos como o Protocolo de Kyoto, representam o avanço de acordo multilateral de países para a redução do problema de aquecimento global, e, posteriormente, a tomada de medidas mais concretas para a criação de alternativas ao atual modelo econômico que passou a permitir o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade. É nesse contexto que surgem produtos e serviços que evitam e/ou solucionam problemas ambientais por meio da exploração racional de recursos naturais, novamente aqui estão o 'ecobusiness' ou 'green business' ou 'negócios verde', passando a ser um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico sustentável. Para conhecer a importância do desenvolvimento sustentável na economia é preciso analisar dois pontos importantes como: o crescimento econômico e a proteção ambiental. Andrade *et al.* (2000) falam desses dois fatores distinguindo os dois termos: crescimento e desenvolvimento, entende-se que o crescimento se refere ao aumento do produto nacional e o desenvolvimento refere-se ao aumento da produção nacional que é distribuída social e setorialmente.

Podemos separar três grupos de empresas cujas atividades fim representam soluções para problemas ambientais: no primeiro grupo estão aquelas que são responsáveis pela gestão e tratamento de água e efluentes, gestão e reciclagem de resíduos sólidos e descontaminação do solo e ar; o segundo grupo seriam as empresas que desenvolvem tecnologias reduzindo o impacto ambiental por meio da criação de materiais biodegradáveis, promovendo soluções para geração de energia por meio de recursos limpos e renováveis e o cultivo de alimentos sem insumos químicos; e, em terceiro, aquelas empresas que são parte de segmentos tradicionais, como indústrias de base, prestadores de serviços, responsáveis pelo direcionamento dos demais pela adoção de processos ou oferta de produtos geradores de um menor impacto ambiental da atividade econômica, sendo nomeadas empresa ecologicamente correta.

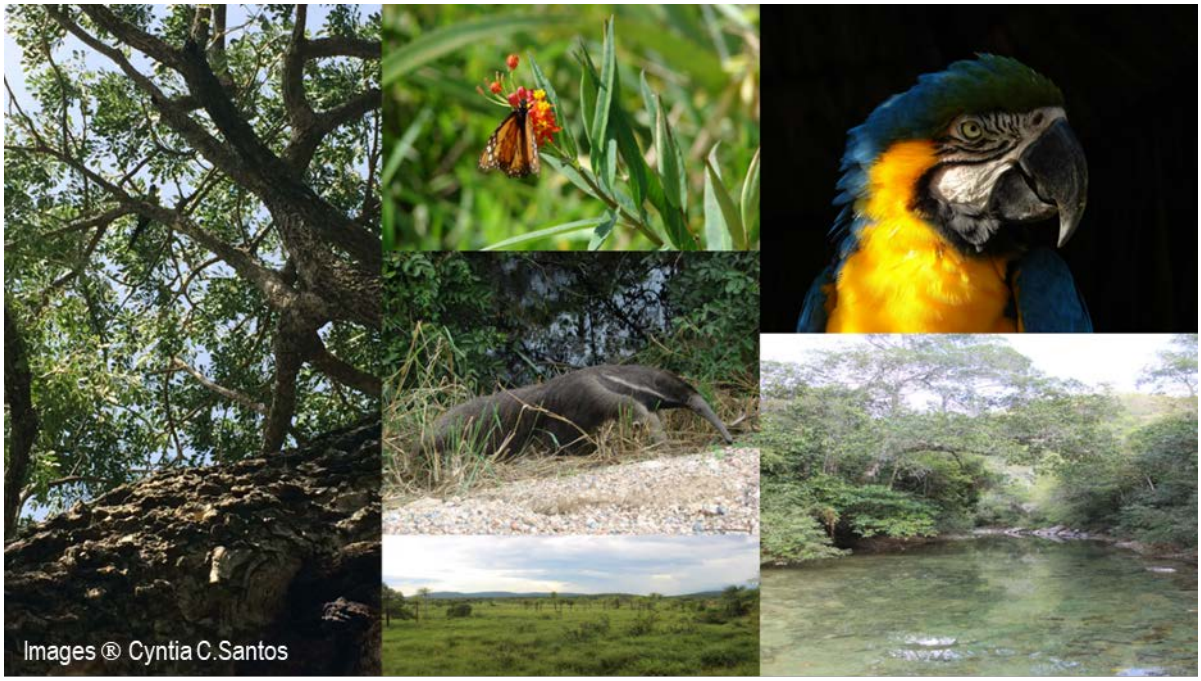
Em recente relatório publicado pela Revista norte americana *Fortune Small Business* (Edição de 4 de junho de 2003), com o título *The Next Big Thing*, o segmento de "negócios verdes" é apresentado como um mercado que começa a atrair investimentos e que possui um grande potencial de crescimento. Os primeiros resultados que apontam para essa expansão devem-se a dois importantes fatores: (1) uma mudança cultural dos consumidores, exigindo maior responsabilidade social e ambiental das empresas – "o começo de uma grande mudança cultural, do tipo que poderia finalmente tornar os negócios verdes viáveis no mercado de massa nas próximas décadas"; (2) uma mudança cultural dos empresários, que aprenderam com os erros do passado e que agora sabem que um produto ecologicamente correto deve ter, antes de mais nada, qualidade no mínimo igual a de seus concorrentes.

Por outro lado, grandes empresas estão ganhando a redução de custos de processos e de exposição de seus passivos ambientais, como no processo de redução de gastos com a água na fabricação de produtos ou armazenamento de resíduos. Adicionalmente, micro e pequenas empresas brasileiras também começam a ser beneficiadas e se favorecem por razões que se associam a negócios tipicamente de menor porte e, no caso do Brasil, pelo estágio de desenvolvimento dessas atividades frente ao seu potencial. A valorização de produtos naturais (processadores de fito produtos e agricultura orgânica), a necessidade de desenvolver uma estrutura de logística reversa (catadores, sucateiros e indústrias de

reciclagem), a necessidade de um maior reaproveitamento de resíduos industriais (indústrias de reciclagem e materiais alternativos), a revalorização de materiais naturais para as construções, reduzindo no longo prazo o consumo de energia do local (construções verdes e materiais alternativos) etc. são algumas dessas razões.

Todas essas iniciativas mostram que, dentro desse novo e crescente segmento de mercado, os cuidados com o meio ambiente deixam de ser uma fonte onerosa de despesas para se tornar uma fonte promissora de lucros. Empresários comprometidos com o desenvolvimento de soluções inteligentes para superar problemas ambientais terão certamente espaço para apresentarem suas novas ideias.

Nesse sentido, a construção deste documento procurou retratar o Estado da Arte das Atividades Econômicas Sustentáveis no Pantanal, Bacia do Alto Paraguai (BAP), em sua porção Brasileira, sendo uma tentativa de reunir as informações existentes em diferentes fontes, instituições e empresas, buscando reunir dados das regiões de estudo na BAP, apresentar conceitos e discussão sobre o desenvolvimento sustentável, econegócios e atividades econômicas sustentáveis para que planejamentos envolvendo tais tendências de uso dos recursos naturais tragam melhores oportunidades para as iniciativas, para seus parceiros e instituições, auxiliando a difundir o conhecimento e oportunidades para iniciativas de apoio dispostas a dar suporte às pessoas e seus produtos na região do Pantanal.



2. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS NA BACIA DO ALTO PARAGUAI

A exploração inteligente da biodiversidade e recursos naturais brasileiros por meio do desenvolvimento de pesquisas, geração de conhecimento científico e social, seguramente é uma das maiores oportunidades de desenvolvimento no país. Atualmente, discussões construtivas, como a economia circular, baseada em produtos e serviços 'bio', propagando a ideia de que em uma sociedade circular, o consumo de material segue um fluxo fechado, onde recursos renováveis e fluxos de resíduos são usados para novos materiais de base biológica.

Em meio a um processo de intenso crescimento e transformações das paisagens brasileiras pelos diferentes tipos de atividades de uso do solo e dos recursos naturais, existem as grandes diferenças e interesses no *porquê* e *como* ocorre esse uso da terra e dos recursos, já que o país possui uma enorme socio biodiversidade, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais como quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, dentre tantas outras que possuem características particulares das regiões em que se estabelecem e nas quais acumulam grande conhecimento tradicional sobre a conservação e manejo da biodiversidade.

Nessa batalha entre o antigo paradigma de que desenvolvimento econômico e a conservação da natureza são opostos, pesquisas e avanços no conhecimento e na atuação dos diferentes atores dos setores ambientais e do desenvolvimento começam a se romper nesta última década.

Ainda é fato de que as atividades econômicas nacionais estão concentradas no fornecimento de espécies produzidas no Brasil oriundas de outros países, como a cana-de-açúcar da Ásia, o café da Etiópia, o arroz das Filipinas, a soja e laranja da China, o cacau do México, eucaliptos da Austrália, bovinos da Índia, equinos da Ásia e capins africanos (MMA 2019, Souza Júnior 2018, Travisan & Moschini 2018). No entanto, o mercado interno vem se fortalecendo nos últimos anos e inúmeros produtos surgem nesse contexto, inclusive com apoio governamental (May *et al.* 2010, Coradin *et al.* 2011, Brasil 2015).

Na BAP a atividade econômica predominante tem sido a pecuária, com tradição de mais de 200 anos e, os últimos anos registram um rebanho estimado em 21 milhões de cabeças de gado, sendo responsável por cerca de 65% da atividade econômica dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (IBGE 2016). O município Sul-mato-grossense de Corumbá, por exemplo, possui o segundo maior rebanho do Brasil, com mais de 1,7 milhões de cabeças de gado bovino (IBGE 2015) e se destaca na cria de bezerros para envio para outras localidades (Abreu *et al.* 2010). Segundo dados de 2016, do IBGE, os três primeiros lugares do ranking nacional são ocupados por Mato Grosso, com cerca de 30,2 milhões de animais, Minas Gerais, com 23,6 milhões e Goiás, com 22,8 milhões.

De acordo com estudos da Embrapa Pantanal, a segunda maior atividade econômica do Pantanal é a pesca, gerando mais de R$ 40 milhões ao ano. A pesca de subsistência é integrada à cultura regional e constitui importante fonte de proteína para os ribeirinhos, populações residentes em pontos específicos ao longo do rio Paraguai. O turismo regional é fortalecido pela prática de pesca esportiva, especialmente no Mato Grosso do Sul. No entanto, outros segmentos turísticos tem se destacado com atividades que vem se fortalecendo como fontes econômicas de alta relevância no Pantanal e inúmeros projetos e iniciativas para o turismo responsável em todos seus segmentos, vem contribuindo para a sustentabilidade econômica da região. Citamos o ecoturismo, o turismo de aventura, o etnoturismo e o turismo científico como alternativas recentes que tem conquistado um público cada vez mais interessado na história e culturas dos povos e da região pantaneira.

Nesse sentido, um crescente número de iniciativas de negócios sustentáveis traz suas experiências e movimentam as populações locais para novas realidades de desenvolvimento. No entanto, o caminho das pedras está em processo de construção para

inúmeras atividades e não se limita na identificação e início de um negócio, mas encontra inúmeros desafios em sua continuidade e em como se adequar em qualidade e produtividade para as demandas esperadas por um mercado cada vez mais exigente e consciente (Colares & Mattar 2016, Milan *et al.* 2018).

Cada vez mais evidentes, significativos impactos humanos sobre a diversidade de sistemas ecológicos têm afetado a qualidade de vida das pessoas (Soares *et al.* 2004), deixando evidente o quanto seres humanos são um fator modificador no planeta, com mudanças hidrográficas, biológicas e até climáticas (Allan *et al.* 2019).

Nesse sentido, o papel desempenhado pelas empresas na sociedade moderna também tem gerado reflexões sobre a temática ambiental, levando essas instituições a questionamentos não só à extração de insumos produtivos da natureza, mas também em relação às consequências dos modelos de produção e de consumo dominantes, com base no aumento crescente da demanda por produtos, principalmente naqueles setores empresariais historicamente associados à degradação sistemática do ambiente.

Na BAP as principais atividades econômicas estão embasadas nas atividades da pecuária, ecoturismo e produtos de comunidades tradicionais e indígenas. Em um contexto que mistura a conservação e a extração dos recursos naturais, é importante enxergar que o crescimento econômico e qualidade ambiental são complementares em um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável (Young 2007), favorecendo inclusive, a adoção e melhor entendimento das políticas ambientais como apoio ao setor produtivo.

Para o desenvolvimento sustentável efetivo, obstáculos como a deficiência de informação e a falta de transparência das relações são aspectos sociais importantes, que precisam ser sanados desde o início, e isso pode ser mediado com reuniões que proporcionem conhecimento mútuo entre os setores, que são fundamentais para discussões e avanços na agenda em comum. Assim, decisões podem ser tomadas a partir de processos participativos e consensuais proporcionando arranjos produtivos e soluções inovadoras, eliminando barreiras e preconceitos e resolvendo conflitos que passam a ser oportunidades para todos os lados. Nota-se que o desenvolvimento sustentável é proporcionado pelo trabalho coletivo que se torna na principal conquista de um grupo. Empresas inteligentes podem investir na sustentabilidade para inovar e aumentar a competitividade no mercado. Unir a estratégia econômica com a de responsabilidade social estimula consumidores a investirem em produtos sustentáveis.

O Pantanal e o desenvolvimento sustentável

O Pantanal brasileiro, situado na região Centro-Oeste do Brasil, na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai é conhecido como a maior área úmida do mundo (Silva & Abdon 1998). Definido como uma planície contínua de inundação, com uma área de 1,1 milhão de km², compreende os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no Brasil, e parte dos países da Bolívia, Paraguai e Argentina, o Pantanal Mato-Grossense foi instituído Patrimônio Nacional, Reserva Mundial da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade (Brasil 1988; UNESCO 2000; WWF-Brasil 2004) devido a sua condição de área úmida única no mundo em termos de riqueza biológica e diversidade de ambientes e paisagens. É o local com maior concentração de fauna das Américas e têm vegetação característica de quatros grandes biomas: Mata Atlântica, Cerrados, Floresta Amazônia e Chaco.

O Pantanal abriga mais de 650 espécies de aves, 260 espécies de peixes, 80 espécies de mamíferos, 50 espécies de répteis e mais de 2.000 plantas identificadas (Tomas *et al.* 2017, Lopes *et al.* 2015, Tubelis & Tomas 2003, Wade *et al.* 1994). O regime hidrológico, com variações anuais (sazonalidade) e plurianuais de cheia e seca, é um dos responsáveis por toda essa diversidade e determina uma grande interdependência das plantas e animais ao ciclo das águas. O ciclo das águas rege a vida e a economia pantaneiras.

A maior parte da água que cobre o Pantanal periodicamente vem de grandes rios, como o Paraguai – o principal canal de drenagem do sistema –, e de seus afluentes como os rios Cuiabá, São Lourenço, Taquari, Negro e Miranda na margem esquerda, e Jauru, Cabaçal e Sepotuba (Figura 3), na margem direita encontram-se ainda extensas lagoas conectadas diretamente ao rio Paraguai, entre as quais a Uberaba, Gaíva, Mandioré, Vermelha e Cáceres, todas com superfície entre 30 km^2 e 150 km^2, mesmo na estiagem, podendo chegar a várias centenas de km^2 durante as cheias (Collischonn *et al.* 2005). Mas, nem toda a água do Pantanal está nos rios. No Pantanal um sistema com milhares de lagoas conhecidas como baías (água doce) e salinas (água salobra) se interligam na cheia e podem desaparecer na seca. A drenagem no Pantanal é constituída, ainda, por pequenos cursos de água (córregos), por linhas de drenagem sem canal bem desenvolvido (vazantes) por córregos temporários (corixos), por lagos e lagoas (baías), e por meandros abandonados (Carvalho, 1986, Lopes *et al.* 2015).

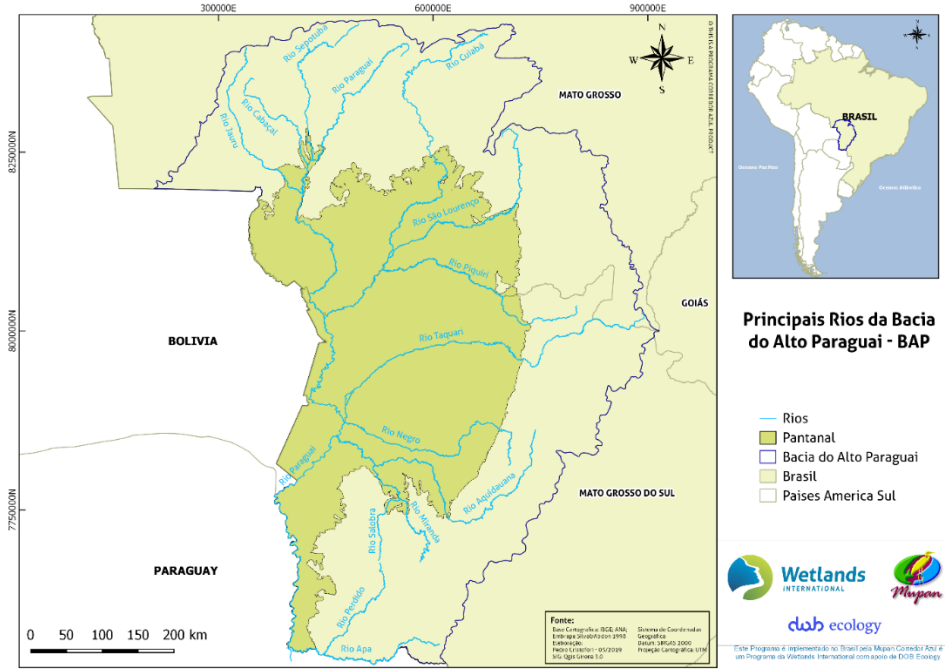


Figura 3.- Principais rios na Bacia do Alto Paraguai: planalto e planície, na porção Brasileira.

A Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP) é responsável pela formação do Pantanal, compreendendo, em território brasileiro, 361.666 km^2, dos quais 223.483 km^2 correspondem aos planaltos adjacentes, onde estão inseridas várias nascentes dos rios pantaneiros, e que abrange um total de 88 municípios (Figura 4). Em 1977 o Pantanal foi dividido entre dois estados: Mato Grosso (MT) que ficou com 35,36% (48.865 km^2) da área total e Mato Grosso do Sul (MS) com 64,64% (89.318 km^2). Embora a maior parte planície inundada esteja no MS, em termos da área da BAP, a divisão é quase a mesma (50% para cada estado). Mas o Pantanal e as áreas circunvizinhas (planalto) representam uma porção muito maior do território do MS (Silva & Abdon 1998).

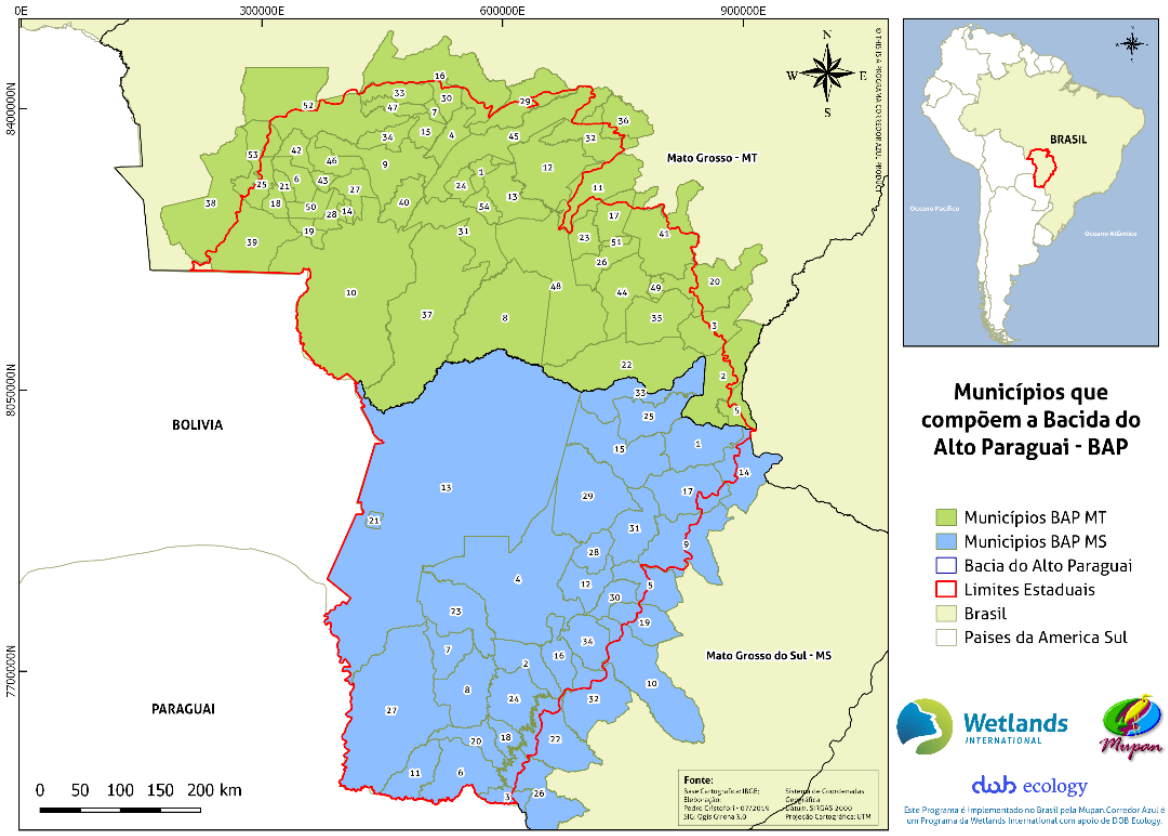


Figura 4.- Municípios que compõem a Bacia do Alto Paraguai nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Brasil.

O Pantanal é dividido geopoliticamente em 26 municípios dos dois estados brasileiros (Figura 5). Nenhuma entidade geopolítica única está inteiramente dentro do Pantanal e nenhuma tem completa jurisdição sobre qualquer faceta da administração da região, assim complicando os esforços de política e administração. Considerando suas diferentes características hidrológicas, de solo e vegetação, pode ser dividido em 11 sub-regiões distintas, o município de Corumbá representa quase 45% do Pantanal e cerca de 96% da área deste município se localiza no Pantanal.

Os 26 municípios que compõem o Pantanal são: Santo Antônio do Leverger, Cáceres, Corumbá, Figueirópolis D'oeste, Glória D'oeste Lambari D'oeste, Nossa Senhora do Livramento, Rio Negro, Porto Murtinho, Miranda, Bodoquena, Ladário, Rio Verde de Mato Grosso, Cuiabá, Porto Esperidião, Corguinho, Várzea Grande, Barão de Melgaço, Curvelândia, Coxim, Mirassol D'oeste, Sonora, Juscimeira, Itiquira, Aquidauana, Poconé.

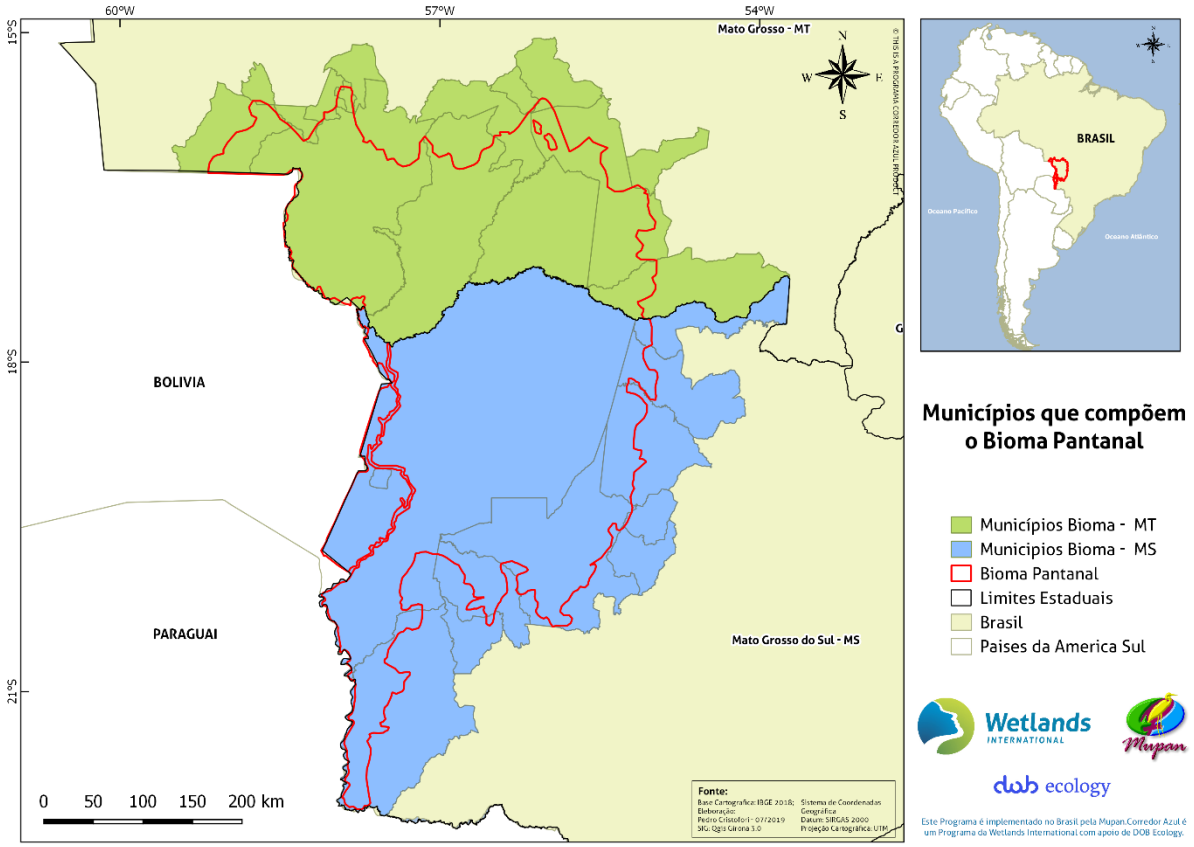


Figura 5.- Os 26 municípios que compõem a planície Pantaneira, inseridos na Bacia do Rio Paraguai nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Brasil.

Para o presente trabalho, considerando a prioridade de identificação das atividades econômicas sustentáveis, selecionamos para a compilação de dados 12 municípios em Mato Grosso do Sul (Sonora, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Aquidauana, Anastácio, Bodoquena, Bonito, Jardim, Corumbá, Ladário, Miranda e Porto Murtinho) e dois municípios em Mato Grosso (Poconé e Barão de Melgaço).

Essa seleção foi baseada nos municípios dentro do Pantanal que integram a Agência de Desenvolvimento Regional Movimenta Pantanal[1], em MS, e nos estudos de caso do Sesc Pantanal e Projeto Panthera, aqui elaborados nos dois municípios de MT, Poconé e Barão de Melgaço (Figura 6). A delimitação da área de estudo, teve como principal objetivo agregar informações existentes para esses 14 municípios, com foco no desenvolvimento de ações estratégicas e inseridas no contexto das atividades do PCA para os próximos anos do projeto, iniciando-se no primeiro trimestre de 2020.

Figura 6.- Municípios da BAP (14) abrangidos neste estudo para identificação das Atividades Econômicas Sustentáveis nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na porção Brasileira. Fonte: PCA 2019.

[1] Agência de Desenvolvimento Regional Movimenta Pantanal foi instituída pelo SEBRAE em 2019 no âmbito do Programa LIDER PANTANAL MS – Liderança para o Desenvolvimento Regional.

2.1. Introdução aos Conceitos Gerais de Sustentabilidade e Econegócio

Essa sessão visa apresentar os conceitos que estão definidos na literatura sobre termos como 'desenvolvimento sustentável', 'econegócio' (*ecobusiness*, em inglês) e 'negócios verdes' (Quadro 1). Pretendemos com isso, alinhar e definir a validação dos termos 'econegócios' e 'atividades econômicas sustentáveis', que são os termos que vamos trabalhar na linha de projetos que o PCA apoia, tornando a linguagem padronizada em um contexto que proporcione que parceiros tenham a mesma definição para desenvolvimento dos projetos futuros.

Como membro da Agência de Desenvolvimento Regional Movimenta Pantanal, um programa de lideranças para a integração de diferentes eixos de desenvolvimento que favorece a formação de uma rede de cooperação regional, facilitando a prospecção de parceiros para melhorar a economia local e regional, o PCA visa auxiliar na construção de diretrizes que poderão ajudar os eixos de desenvolvimento através da identificação de ações de fortalecimento e construção das etapas fundamentais para criar alternativas de sustentabilidade.

Falar em 'desenvolvimento sustentável' significa que comportamentos econômicos convencionais devem ser abandonados em favor de uma conduta mais equilibrada em relação à natureza, com necessidade de estratégias que dependerão do grau de envolvimento dos atores sociais interessados na mudança de paradigma (Michaud & Llerena 2011, Tódero *et al.* 2011, Pires 2003; Brundtland 1991).

O termo 'sustentabilidade' tornou-se um paradigma incorporado nos negócios de diversas áreas e mundialmente reconhecido, após fortes discussões a respeito de assuntos mundialmente polêmicos, como a desigualdade social, a degradação acelerada do meio ambiente, o descrédito nas instituições, o crescimento urbano descontrolado, a instabilidade empregatícia, a rejeição dos valores tradicionais e a inflação, dentre outras rupturas econômicas e monetárias (Meadows *et al.* 1972). Ainda assim, 'sustentabilidade' é um tema estimulante nos debates da sociedade moderna (Figura 7).

Para alguns autores, a sustentabilidade deve ter uma visão holística dos problemas da sociedade, e não focar apenas na gestão dos recursos naturais (Sachs 1993). Em 2002, o mesmo autor apresentou oito dimensões de sustentabilidade: 1) social; 2) cultural; 3) ecológica; 4) ambiental; 5) territorial; 6) econômica; 7) política (Nacional); e 8) política (Internacional).

Estas dimensões refletem a leitura que Sachs faz do desenvolvimento dentro de uma nova proposta, como uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional, enfatizando a importância de modelos locais baseados em tecnologias apropriadas, em particular para as zonas rurais, buscando reduzir a dependência técnica e cultural (Jacobi 1999). Algumas das estratégias de transição defendidas por Sachs (1993 e 2002) possuem premissas, como:

- É essencial um período longo para que estas estratégias sejam significativas, a fim de propiciar as condições necessárias para as transformações desejadas;
- Os países industrializados deverão assumir uma fatia mais do que proporcional dos custos de transição e do ajuste tecnológico;
- As estratégias eficientes de transição dependerão da ousadia das mudanças institucionais, da habilidade de se projetar pacotes de políticas multidimensionais e da capacidade de redirecionar o progresso tecnológico, devendo-se enfaticamente rejeitar experiências do tipo 'crescimento primeiro e distribuição depois';

As estratégias de transição devem, simultaneamente, modular a demanda, por meio de modificações nos estilos de vida e nos padrões de consumo, e modificar as funções de produção, pela incorporação de técnicas ambientalmente viáveis e por escolhas espaciais corretas.

Figura 7.- Os três principais pilares do desenvolvimento sustentável. Fonte: Internet, outubro/2019.

No entanto, a discussão sobre ‘desenvolvimento sustentável’ ainda é bastante controversa, uma vez que a sustentabilidade é entendida e defendida por diferentes estudiosos sob variados pontos de vista. Por exemplo, Smith (2007) entende que a natureza seria uma fonte inesgotável de matéria-prima, o que faria com que as nações mais avançadas tecnologicamente a explorasse de uma forma mais contundente e como consequência avançaria nas tecnologias, sedimentando o seu poderio econômico em relação às nações menos avançadas. Por outro lado, grupos pós-modernistas tem a visão de que a noção de desenvolvimento sustentável nada muda a visão de desenvolvimento econômico, sendo ambas o mesmo mito. Assim, o desenvolvimento poderia ser entendido como uma "armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas" (Sachs 2004). Sob essa perspectiva, países subdesenvolvidos não tem possibilidade de alcançar o nível de desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos, uma vez que se assim ocorresse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (Furtado 1996).

Por fim, um terceiro grupo de estudiosos entende que para haver desenvolvimento deva haver liberdade, para garantir a todas as pessoas seus direitos individuais. Assim, liberdade não será entendida como renda per capta, mas abrangerá outras questões culturais, sociais e educativas (Veiga 2005).

Desta forma, a sustentabilidade também inclui a valorização das pessoas, seus saberes e costumes. Adicionalmente, a sustentabilidade não deve ser adotada só pelo governo, mas também pela sociedade e empresas. Todos os atores são importantes para refletir sobre o controle ambiental como uma vantagem competitiva, por meio da combinação de instrumentos de comando e controle e autorregulação (Almeida 2002, 2007; Pereira 2000).

Em consequência destas discussões sobre desenvolvimento sustentável, e o surgimento de novos termos como econegócios (ou ecobusiness), passamos a considerar que o planejamento de atividades econômicas sustentáveis deve considerar indicadores de qualidade ambiental, sociais e econômicos, para orientações estratégicas dos serviços e produtos produzidos pela natureza. A sustentabilidade é, portanto, um tema instigante na agenda da sociedade moderna.

Quadro 1.- Conceitos de desenvolvimento sustentável, econegócios (ecobusiness) e produto verde. Fonte: Adaptado de Braga 2004.

Ano - Autor(es)	Conceito
1980 – Allen	Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento para alcançar a satisfação constante das necessidades humanas e a melhoria da qualidade de vida humana
1987 – Goodland, Ledoc	[...] um padrão de transformações econômicas estruturais e sociais (isto é, desenvolvimento) que otimizam os benefícios societais e econômicos disponíveis no presente, sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro. O objetivo primeiro do desenvolvimento sustentável é alcançar um nível de bem-estar econômico razoável e equitativamente distribuído, que pode ser perpetuamente continuado por muitas gerações humanas [...] Implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras; implica usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente se destrua o acesso a eles pelas gerações futuras. [...] Também implica a exaustão dos recursos energéticos não renováveis numa taxa lenta o suficiente para garantir uma alta probabilidade de transição societal, ordenada para as fontes de energia renovável.
1987 – Pearce	O critério de sustentabilidade requer que as condições necessárias para igual acesso à base dos recursos sejam conseguidas por cada geração
1987 - Barbier	O conceito de desenvolvimento econômico sustentável quando aplicado ao Terceiro Mundo [...] diz respeito diretamente à melhoria do nível de vida dos pobres, a qual pode ser medida quantitativamente em termos de aumento de alimentação, renda real, serviços educacionais e de saúde, saneamento e abastecimento de água, etc. [...] e não diz respeito somente ao crescimento econômico no nível de agregação nacional. Em termos gerais, o objetivo primeiro é reduzir a pobreza absoluta do mundo pobre por meio de providências que minimizem a exaustão de recursos, a degradação ambiental, a disrupção da cultura e a instabilidade social.
1988 – Pearce, Barbier, Markandya	Tomamos desenvolvimento como um vetor de objetivos sociais desejáveis e seus elementos devem incluir: aumentos na renda real per capita, melhora no status nutricional e da saúde, melhora educacional, acesso aos recursos, distribuição de renda mais justa, aumento nas liberdades básicas. [...] Desenvolvimento sustentável é, então, uma situação na qual o vetor de desenvolvimento aumenta monotonicamente sobre o tempo. Sumarizamos as condições necessárias (para o desenvolvimento sustentável) como 'constância do estoque de capital natural', mais estritamente, o requerimento para mudanças não negativas no estoque de recursos naturais, como solo e qualidade do solo, águas e sua qualidade, biomassa e a capacidade de assimilação de resíduos no ambiente.
1988 – Markandya, Pearce	A ideia básica de desenvolvimento sustentável é simples no contexto dos recursos naturais (excluindo ou não os renováveis) e ambientais: o uso desses insumos no processo de desenvolvimento deve ser sustentável ao longo do tempo. [...] Se aplicarmos a ideia aos recursos, sustentabilidade deve significar que um dado estoque de recursos (árvores, qualidade do solo, água, etc.) não pode declinar; [...] deve ser definido em termos de necessidade de que o uso dos recursos hoje não reduza as rendas reais no futuro.
1989 – Pezzey	Nossa definição padrão de desenvolvimento sustentável será a de não declínio do bem-estar per capita – por causa de seu apelo evidente como critério de equidade entre gerações
1991 - Rattner	A incorporação da dimensão ambiental nas estratégias e projetos de crescimento econômico não é condição suficiente nem para o desenvolvimento

Ano - Autor(es)	Conceito
	sustentável nem para a melhoria das condições de vida dos pobres e desprovidos. Em oposição às estratégias de crescimento insustentável – por razões morais e ambientais – o paradigma alternativo terá que satisfazer as necessidades básicas de todos então só das minorias, em todos os lugares e não somente nos povos de crescimento, como um processo contínuo contra a expansão e contração das economias de mercado contemporâneas. Estratégias de desenvolvimento sustentável – servindo a todos, todo o tempo, sem destruir ou exaurir os recursos existentes e produzir riscos e consequências ambientais e insuportáveis – terão que ser caracterizadas pela viabilização econômica, equidade social, sustentabilidade, aceitabilidade estética [...] para tratar com estes problemas (ambientais) e ao mesmo tempo fornecer condições para o desenvolvimento sustentável – será necessária mobilização e motivação de toda a sociedade para definir um estilo de vida com padrões de consumo e produção de acordo com as necessidades básicas e estratégicas de prioridade determinada através de processos democráticos pelos atores sociais.
2000 - Zatz & Veiga	Desenvolvimento sustentável significa *progresso, crescimento econômico e avanços científicos de forma a preservar o meio ambiente*. São exemplos: reciclagem, reuso da água por indústrias, reflorestamento, uso de fontes de energia renováveis e limpas, descarte de equipamentos eletrônicos, preservação de mananciais, extração de recursos minerais sem provocar impactos ambientais, extração de recursos naturais de florestas de forma a não prejudicar a fauna e flora da região, pesca controlada, desenvolvimento e uso de novas tecnologias capazes de reduzir a poluição emitida por veículos automotores.
2004 IBGE, Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente.	Desenvolvimento sustentável Paradigma de desenvolvimento surgido a partir das discussões das décadas de 70 e 80 do século XX sobre os limites ao crescimento da população humana, da economia e da utilização dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável procura integrar e harmonizar as ideias e conceitos relacionados ao crescimento econômico, a justiça e ao bem-estar social, a conservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais. Para tanto considera as dimensões social, ambiental, econômica e institucional do desenvolvimento. O termo Desenvolvimento Sustentável surgiu em 1980 na publicação World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development, elaborado pela International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e outras instituições internacionais. Ainda não foi alcançado um consenso sobre seu conceito, que tem se modificado muito rapidamente, estando em construção. Em termos sociais o desenvolvimento sustentável propõe a repartição mais justa das riquezas produzidas (justiça social), a universalização do acesso à educação e à saúde, e a equidade entre sexos, grupos étnicos, sociais e religiosos, entre outros aspectos. Para ser sustentável o desenvolvimento tem de significar melhoria na qualidade de vida de toda a população, assegurando condições de vida dignas a todos e justiça social. Do ponto de vista ambiental, o desenvolvimento sustentável propõe a utilização parcimoniosa dos recursos naturais, de forma a garantir o seu uso pelas gerações futuras. Para tal, propõe que os recursos naturais renováveis sejam usados aquém de sua capacidade de renovação, e os não renováveis de forma parcimoniosa, permitindo o seu uso pelo máximo de tempo e de gerações. Propõe, ainda, a preservação de amostras significativas do ambiente natural, de forma a garantir a manutenção dos serviços ambientais que estas áreas propiciam e a qualidade de vida da população do entorno. Uma das características deste novo paradigma de desenvolvimento é o compromisso e a preocupação com as condições de vida das próximas gerações. Quanto a economia, o desenvolvimento sustentável postula o crescimento baseado no aumento da eficiência de uso da energia e dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável postula também mudanças nos padrões de consumo da sociedade e nos padrões de produção, com a redução do desperdício e maior consciência dos impactos causados pelo

Ano - Autor(es)	Conceito
	uso dos recursos naturais. Em termos institucionais, o desenvolvimento sustentável avalia o grau de participação e controle da sociedade sobre as instituições públicas e privadas, o aparelhamento do estado para lidar com as questões ambientais, o envolvimento em acordos internacionais, o montante de investimento em proteção ao meio ambiente, ciência e tecnologia e o acesso a novas tecnologias. A dimensão institucional trata da orientação política, da capacidade e do esforço despendido pela sociedade para que sejam realizadas as mudanças necessárias a efetiva implementação deste novo paradigma de desenvolvimento. Neste novo paradigma, a palavra desenvolvimento leva em conta não apenas o crescimento da atividade econômica, mas também as melhorias sociais, institucionais e a sustentabilidade ambiental, buscando, em última análise, garantir o bem-estar da população a longo prazo, assegurando um meio ambiente saudável para as futuras gerações.
2004 IBGE, Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente.	Sustentabilidade ambiental, conceito associado ao Desenvolvimento Sustentável, envolve a utilização racional dos recursos naturais, sob a perspectiva do longo prazo. A utilização sustentável dos recursos naturais é aquela em que os recursos naturais renováveis são usados abaixo da sua capacidade natural de reposição, e os não renováveis de forma parcimoniosa e eficiente, aumentando sua vida útil. Em termos de energia, a sustentabilidade preconiza a substituição de combustíveis fósseis e energia nuclear por fontes renováveis, como a energia solar, a eólica, das marés, da biomassa, etc. A sustentabilidade ambiental é caracterizada pela manutenção da capacidade do ambiente de prover os serviços ambientais e os recursos necessários ao desenvolvimento das sociedades humanas de forma permanente. Ver também Desenvolvimento Sustentável, Indicadores de desenvolvimento Sustentável, Serviços Ambientais, Sustentabilidade, Sustentabilidade Social.
2004 IBGE, Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente.	Sustentabilidade social, conceito associado ao Desenvolvimento Sustentável, envolve a melhoria e a manutenção do bem-estar social, encarado numa perspectiva de longo prazo. Em termos sociais, sustentabilidade significa distribuição de renda mais equânime, aumento da participação dos diferentes segmentos da sociedade na tomada de decisões, equidade entre sexos, grupos étnicos, sociais e religiosos, universalização do saneamento básico e do acesso a informação e aos serviços de saúde e educação etc. A sustentabilidade social está associada tanto ao bem-estar material da população quanto a sua participação nas decisões coletivas. Ver também Desenvolvimento Sustentável, Indicadores de desenvolvimento Sustentável, Serviços Ambientais, Sustentabilidade, Sustentabilidade Ambiental.
2007, Instituto Inovação (Pereira & Lima 2008) Gomes 2014	Ecobusiness é o volume de negócios que gira em torno de todas as atividades destinadas a proteger o meio ambiente. Econegócio é o segmento de mercado que reúne produtos e serviços que se propõem solucionar problemas ambientais ou que utilizam métodos mais racionais de exploração naturais para a produção de bens e serviços.
2010, Afonso 2011, Michaud e Llerena 2011, Ha-Brookshire e Norum	Produto verde é aquele cujo desempenho social e ambiental é significativamente melhor do que as demais ofertas convencionais ou concorrenciais. Produtos verdes têm as mesmas funções básicas que os produtos convencionais, porém seu impacto sobre seu ciclo de vida é mitigado. Podem ser considerados bens privados afiliados às características públicas no sentido de que podem prover benefícios ao consumidor e ao meio ambiente público. Produtos verdes ou sustentáveis, são aqueles socialmente responsáveis e ambientalmente amigáveis.

2.2. Certificações Ambientais

Compostas por um conjunto de atividades desenvolvidas por um organismo independente, as Certificações Ambientais objetivam atestar publicamente que determinado produto, processo ou serviço está em conformidade com os requisitos esperados pela Certificadora (Maimon 1994).

A certificação surgiu pela necessidade de padronização de normas e processos e em 1946, a criação da Organização Internacional de Normalização (ISO), surgiu com a finalidade de facilitar a coordenação internacional e a unificação de normas industriais. Atualmente, suas normas são adotadas por organizações em todo o mundo, tornando os processos mais eficientes, seguros e limpos, gerando proteção ao consumidor ao definir requisitos que permitam aferir a qualidade dos produtos e serviços (Ramza & Dalmarco 2012, ABNT 2011). A partir da década de 70 surge o conceito de auditoria ambiental, com instrumento de gestão que compreende diversos processos visando resguarda o meio ambiente, facilitando a gestão do controle de práticas ambientais e avaliando a compatibilidade com as demais práticas da empresa (Maimon 1994). Nesta década também surge o primeiro 'selo verde', o Blue Angel (Maimon 1994). A partir deste, outros 'selos verdes' começaram a surgir em todo mundo (Ramza & Dalmarco 2012, Maimon 1994).

Desta forma, as certificações são mecanismos de autorregularão de mercado e, quando indicada no produto informa ao consumidor de forma simples, útil e confiável sobre questões complexas que envolvem a cadeia produtiva de uma matéria-prima até sua versão final (Ramza & Dalmarco 2012). Nesse contexto, o processo de certificação se torna educacional não apenas para consumidores que valorizam a produção saudável e ecologicamente correta, mas também para empresas que utilizam como instrumento de transparência a divulgação de seus relatórios anuais reforçando seu comprometimento com a qualidade ambiental. Esse trabalho não é à toa, pois tais atitudes levam à melhoria da imagem e consequente venda dos produtos, sensibiliza os consumidores para os distintos efeitos ambientais de produtos da mesma categoria, e força fabricantes a assumirem a responsabilidade por seus produtos (Ramza & Dalmagro 2012).

Os benefícios da Certificação

A certificação é a formalização de que um produto, devidamente identificado, atende aos requisitos de normas ou regulamentos técnicos específicos. Normalmente, para o Brasil, essa atividade tem suas ações detalhadas pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC, que possui regras e procedimentos de gestão próprios para regular

as atividades de acreditação, certificação e treinamento conduzidas pelos organismos de certificação.

O SBAC estabelece duas modalidades de certificação: *compulsória* e *voluntária*. As certificações *compulsórias* são aquelas em que um regulamento determina que a empresa só pode produzir/comercializar um produto depois que ele estiver certificado. Estão baseadas nos riscos à segurança do consumidor ou ao meio ambiente ou ainda, em alguns casos, no desempenho do produto, que se inadequado, pode trazer prejuízos econômicos à sociedade. As certificações *voluntárias* são aquelas em que a empresa define se deve ou não certificar o seu produto, e acordo com o disposto em uma norma técnica, partir da identificação de benefícios que essa certificação pode trazer ao seu negócio.

A certificação interessa ao fabricante, porque evidencia uma garantia relativa à qualidade do produto que fabrica, ao consumidor que obtém informação imparcial sobre o produto em questão, e ao governo como mecanismo regulador da circulação de produtos diferenciados que afetam o meio ambiente, saúde e segurança do consumidor.

No primeiro semestre de 2019, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, em parceria com o Ministério da Economia, promoveu a integração total da certificação das exportações de produtos vegetais ao chamado 'Portal Único de Comércio Exterior' (veja em http://portal.siscomex.gov.br/conhecaoportal/programa-portal-unico-de-comercio-exterior). Essa medida permite ao exportador encaminhar documentos de forma eletrônica, cumprindo exigências de diferentes órgãos em um único lugar. Além da plataforma reforçar a segurança dos certificados brasileiros no mundo, o documento é emitido com um QRCode, permitindo checar a autoridade do documento pelas autoridades sanitárias internacionais em uma página de consulta. O principal objetivo desse novo processo é facilitar o comércio internacional e garantir um ambiente de negócios mais competitivo para o exportador brasileiro.

Etapas no processo de certificação

A necessidade de padronização de normas e processos surgiu por volta do começo do século XX, com a primeira Comissão Internacional voltada para a padronização de nomenclaturas e classificações sobre aparelhos elétricos no mundo, a Comissão Eletrotécnica Internacional criada em 1906 (Yates & Murphy 2011).

Toda empresa que queira receber uma certificação deverá seguir normas de fabricação ou serviços de sua área de atuação à partir da escolha da Certificadora em questão, que apresentará seus princípios, baseados em critérios específicos, como por exemplo, critérios que promovem boas práticas ambientais, trabalhistas e agronômicas. Em seguida, segue-se uma análise composta por etapas distintas que envolvem o trabalho da Certificadora no seu sistema de qualificação. Para isso, cada Certificadora apresenta seu manual de procedimentos para certificação.

Evidentemente, é importante mencionar que produtos totalmente ecológicos ainda não são produzidos em todo seu ciclo, pois a geração de resíduos durante sua fabricação, distribuição e mesmo durante o consumo e descarte final ainda não são processos, de fato, consolidados (Ottman 1993, apud Afonso 2010). No entanto, neste mesmo estudo o autor informa que quatro dimensões de adequação do processo e desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos devem ser consideradas:

1) Aquisição e transformação de matérias-primas, com a conservação de recursos naturais, minimização dos resíduos e prevenção da poluição, e o uso de recursos naturais renováveis e materiais recicláveis.

2) Produção e distribuição, com uso mínimo de materiais, redução de uso de produtos tóxicos e da liberação de resíduos tóxicos, redução na geração e manuseamento de resíduos, água e emissões de poluentes.

3) Produtos e embalagens, promovendo a eficiência energética, conservação de recursos naturais associados ao uso do produto, saúde do consumidor e segurança ambiental.

4) Uso e descarte do produto, com reciclabilidade, facilidade de reutilização, durabilidade e biodegradabilidade.

A identidade dos produtos certificados

A Indicação Geográfica de produtos certificados

Para identificar e registrar a origem de determinado produto ou serviço, a Indicação Geográfica (IG) é utilizada. A proteção de origem de localidade para certas características ou qualidade de produtos e serviços, além de preservar suas tradições locais ainda os diferencia no mercado, promovendo o desenvolvimento local e regional, gerando resultados positivos para produtores e consumidores, além de envolver uma rede articulada de prestadores de serviços.

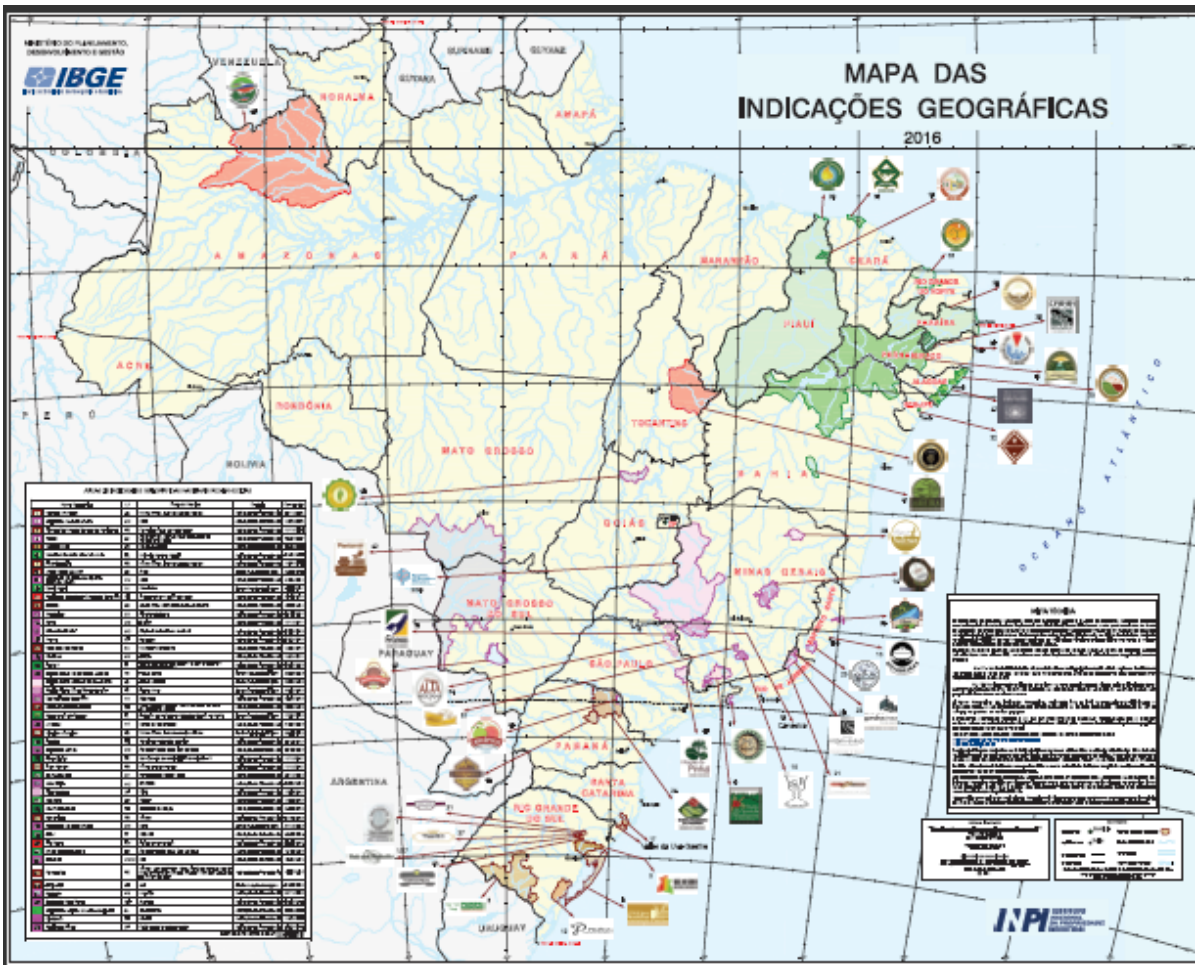
A instituição que concede o registro e emite o certificado de IG, no Brasil, é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/guia-basico-de-indicacao-geografica).

O Ministério da Agricultura é uma das instâncias de fomento das atividades e ações para Indicação Geográfica (IG) de produtos agropecuários. No Mapa, o suporte técnico aos processos de obtenção de registro de IG cabe à Coordenação de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG), vinculada à Coordenação Geral de Qualidade (CGQ)/Departamento de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e Produção Sustentável (DEPROS), órgãos da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC).

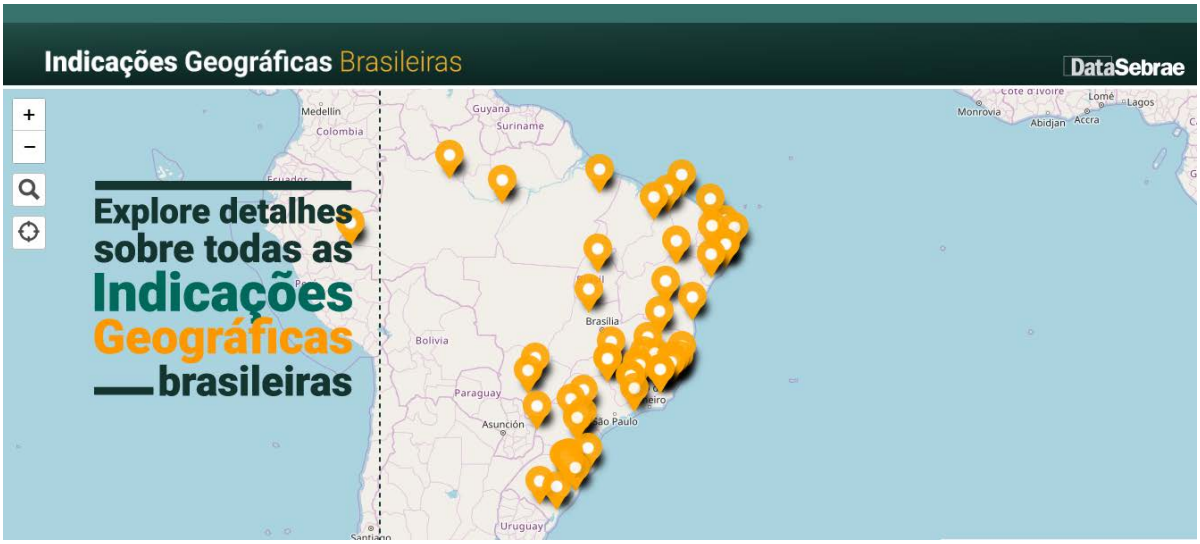
As modalidades de Indicação Geográfica são:

1) Indicação de Procedência (IP) – aquela que se refere ao nome de um país, região ou cidade conhecida como centro de produção de determinado produto;
2) Denominação de Origem (DO) – aquela que reconhece um país, região ou cidade cujo produto apresenta determinadas características peculiares graças ao se médio geográfico.

Existem pelo menos 36 produtos brasileiros que conseguiram proteção, sete sendo por denominação de origem, sendo dois, produtos com IG em Mato Grosso do Sul – a Linguiça de Maracaju e o Mel do Pantanal na modalidade na modalidade IP.



* mapa de todas as indicações geográficas brasileiras em PDF



Fonte: https://datasebrae.com.br/indicacoesgeograficas/

Selos de produtos

Os selos e as certificações são uma espécie de aval concedido por entidades reguladoras reconhecidas nacional e internacionalmente que indica que aquele alimento é seguro ou cumpre propósitos como ser livre de determinado componente. Assim, para que um produto obtenha um certificado, a indústria precisa submetê-lo à análise rigorosa dessas entidades.

Em alguns casos, a certificação é obrigatória para que o produto possa ser comercializado no Brasil. Um bom exemplo disso é a carne bovina, que deve ter o selo S.I.F. conferido pelo MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), que atesta a conformidade à legislação na área de segurança, saúde e meio ambiente.

Além disso, existem as certificações voluntárias, que asseguram o cumprimento de normas em relação a processos e produtos. Nesse caso, os selos são um diferencial entre as marcas certificadas e não certificadas.

De acordo com especialistas, existem benefícios que o selo verde ou rótulo ecológico proporciona às empresas, destacando:

- Garantia de que o produto/serviço da empresa tem menor impacto ambiental do que seu similar que não tem o rótulo;
- Mostra ao mercado que a sua empresa está preocupada com as próximas gerações;
- Preservação do meio ambiente;
- Redução de desperdícios (reciclagem);
- Aumento da receita (venda de refugos para reciclagem);
- Visibilidade e diferenciação da empresa no mercado.

Evidentemente, se o objetivo é incluir no mercado produtos diferenciados, a Certificação e a conquista de um selo verde é sem dúvida um instrumento fundamental de marketing. Isso é ainda mais positivo pois selos orgânicos são válidos para diversos segmentos de produção, como na agricultura, pecuária, insumos, cosméticos, produtos de limpeza, etc.

Recentemente, no Brasil, foi divulgada a criação do selo ARTE, através do Decreto nº 9.918, de 18 de julho de 2019 regulamenta o Art. 10-A da Lei nº 1.283 de 18 de dezembro de 1950, incluído pela Lei nº 13.680 de 14 de junho de 2018, que dispõe sobre o conceito de produto alimentício de origem animal produzido de forma artesanal, os requisitos de identificação dos produtos, competências dos órgãos envolvidos e a fiscalização.

Fonte: http://www.agricultura.gov.br

Até 2010 existiam no Brasil cerca de 600 selos verdes ou com atributos de sustentabilidade (Vialli 2010). Hoje, o Brasil ocupa a 9ª posição em empresas certificadas com 'selo verde' (https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-9-pais-em-empresas-certificadas-com-selo-verde,70002522785).

Quadro 2.- Exemplos de Certificadoras e Selos com atuação no Brasil.

Selo	Nome / Fonte	Descritivo	Abrangência
	S.I.F. http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif	O selo do Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.) assegura a qualidade de produtos de origem animal destinados ou não à alimentação, incluindo carnes, pescados, leite e seus derivados, ovos, mel e cera de abelha. Trata-se de uma certificação obrigatória para produtos comercializados dentro e fora do país e que assegura as condições sanitárias e outras características, como a acidez do leite e as condições de abate dos animais.	Nacional
	ISO https://www.iso.org/home.html	Um dos mais antigos e difundidos sistemas de certificação no mundo. Ampla normativa com diversos selos específicos que vão desde a qualidade do produto, parte ambiental, gestão de resíduos, entre outros.	Nacional
	Rótulo Ecológico ABNT https://www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo/Default	O Rótulo Ecológico ABNT é um programa de rotulagem ambiental (Ecolabelling), que é uma metodologia voluntária de certificação e rotulagem de desempenho ambiental de produtos ou serviços que vem sendo praticada ao redor do mundo. Esta certificação permite aos consumidores escolherem produtos e serviços que respeitam o meio ambiente. Os critérios desta norma levam em conta o impacto ambiental do produto no ar, na água, no solo e na saúde ao longo de todo o seu ciclo de vida; desde a extração de matérias-primas, passando pela sua produção, fases de utilização, eliminação até o tratamento dos resíduos.	Internacional
	Imaflora http://www.imaflora.org/certificacao-socioambiental.php	A certificação socioambiental estimula melhorias ambientais, sociais e econômicas nos setores florestal e agropecuário. Ela reconhece que atuação responsável contribui para a conservação dos recursos naturais, proporciona condições dignas e justas para os trabalhadores e promove boas relações com a comunidade próxima à área, propriedade ou empresa certificada. Entre os benefícios alcançados por cada empreendimento certificado, independente do porte, os que se destacam são: diferenciação dos produtos no mercado, participação em mercados mais exigentes, ganhos em gestão e	Nacional

		melhoria na imagem institucional.	
	BonSucro http://ibd.com.br/pt/bonsucro.aspx	Bonsucro é uma associação multi-stakeholder criada com o objetivo de reduzir os impactos ambientais e sociais da produção de cana-de-açúcar, através do desenvolvimento de um padrão e um programa de certificação para transformar a indústria da cana. Esta é uma iniciativa das indústrias e o Bonsucro tem trabalhado para reunir todos os stakeholders e desenvolver um meio para alcançar seus objetivos dentro do mercado sucroalcoleiro. O WWF acompanhou e apoia este protocolo. Protocolo criado por empresas do setor sucroalcooleiro com foco na área socioambiental da produção de açúcar e álcool.	Nacional
	EUREPGAP https://www.beefpoint.com.br/certificacao-eurepgap-20884/	Protocolo criado por empresas consumidoras, foco na segurança alimentar dos produtos consumidos.	Internacional
	UTZ http://ibd.com.br/pt/Utz.aspx	Protocolo internacional, derivado originalmente do Eurepgap, baseado em rastreabilidade e segurança alimentar de seus produtos. Também leva em conta a parte socioambiental do empreendimento.	Internacional
	ECOCERT SA http://www.brazil.ecocert.com/regulamentos-organicos-internacionais/index.html	Organismo de Inspeção e certificação a serviço do homem e do meio ambiente no Brasil. A Ecocert foi fundado na França, em 1991 por engenheiros agrônomos conscientes da necessidade de desenvolver um modelo agrícola baseado no respeito ao meio ambiente e de oferecer um reconhecimento aos produtores que optam por essa alternativa. Desde a sua criação a empresa especializou-se na certificação de produtos orgânicos.	Internacional
	SBC http://sbcert.com.br/	Certificadora que nasceu em 2002 e tem como principal objetivo auditar protocolos do setor agropecuário para promover a sua melhoria contínua e, também, permitir aos produtores agregar valor ao seu produto e conquistar mercados mais exigentes. Líder no protocolo SISBOV, a SBC atua em 30% do mercado brasileiro de fazendas certificadas, incluindo tanto grandes projetos pecuários, como renomadas empresas do setor. A SBC também é acreditada ISO/IEC	Nacional

		17065para o protocolo GLOBALG.A.P. para os escopos de frutas e vegetais e grãos, e realiza auditorias internas de rebanhos bovinos e de protocolos particulares, como uso de energia renovável em indústrias e frigoríficos.	
	Orgânico http://www.organicsnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/	Focado na produção sem o uso de agrotóxicos, pode-se certificar diversos produtos alimentícios como carnes, hortifrúti e lácteos.	Nacional
	RainForest Alliance http://ibd.com.br/pt/Ras.aspx	A norma para uso do selo Rainforest Alliance Certified™ foi desenvolvida pela Rede de Agricultura Sustentável composta por organizações internacionais conservacionistas e independentes e tem como objetivo definir práticas agrícolas corretas e que causem menos impacto à saúde dos consumidores, assim como estabelecer normas para gestão do meio ambiente e dos trabalhadores envolvidos com a atividade produtiva. Norma internacional, organizada pela RAS (Rede de agricultura Sustentável) e aplicada em diversos países do mundo. Focado em uma ampla avaliação das condições socioambientais da propriedade. Principais culturas certificadas são: Café, Cacau, Uva, banana, chá e Pecuária.	Internacional
	IBD http://ibd.com.br/pt/IbdOrganico.aspx	O selo IBD Orgânico tem duas características. Ao matricular-se no IBD deverá ser especificado para qual norma deseja ser certificado: 1) Atende a todas as certificações orgânicas feitas pelo IBD Certificações no mercado interno e é usado em conjunto com o selo de produtos orgânicos do Brasil. 2) Atende a todas as certificações feitas para o Mercado Comum Europeu, sendo que o IBD está acreditado com adoção de normas equivalentes, valendo para isso as Diretrizes IBD, aprovadas pelos credenciadores Europeus como equivalente à norma Europeia. 3) Atende a todas as certificações feitas para o Mercado Norte Americano (USA), sendo que o IBD está acreditado com adoção de norma USDA/NOP, valendo somente estas.	Internacional

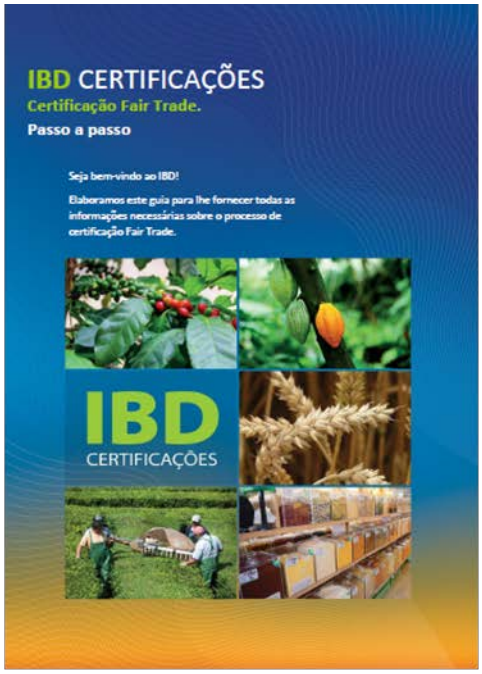
	HACCP http://www.rinabrasil.com.br/nossos-servi%C3%A7os/certifica%C3%A7%C3%A3o/alimentos/seguran%C3%A7a/haccp	O selo HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Point), também chamado de APPCC em português (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle), auxilia a implementação da norma IS0 22000, que promove a segurança alimentar. É por meio do HACCP que são identificados os pontos críticos de controle na produção (etapas com maior risco de contaminação e deterioração), permitindo a adoção de medidas de melhoria contínua para a aplicação de um Sistema de Gestão da Segurança de Alimentos.	Internacional
	FairTrade http://ibd.com.br/pt/FairTradeIbd.aspx	Fair Trade é o Programa Fairtrade (Comércio Justo) do IBD aplicável a produtos agropecuários e naturais em geral. A Certificação Fair Trade se aplica a empresas, propriedades e grupos de produtores que visam desencadear um processo interno de desenvolvimento humano, social e ambiental fomentado por relações comerciais baseadas nos princípios do Comércio Justo. A partir de um diagnostico inicial que caracteriza a realidade socioambiental da organização, um Comitê Gestor, composto pelas partes interessadas no empreendimento, identifica e prioriza as principais demandas ambientais e sociais que interfere negativamente nesta realidade e a partir delas são traçados Planos de Ações visando a melhoria contínua nos aspectos socioambientais (Condições de Vida e de Trabalho, Conservação e Recuperação Ambiental).	Internacional
	Gluten-Free https://www.sgsgroup.com.br/pt-br/agriculture-food/food/food-certification/gluten-free-certification-services/gluten-free-certification-program	Concedido pela Gluten-Free Certification Organization (GFCO), este é o principal selo destinado a produtos livres de glúten, seguros para ser consumidos por pessoas que tenham intolerância a essa proteína ou doença celíaca. Para receber a certificação, o produto pode ter no máximo 10 ppm (10 partes por milhão) de glúten, devendo ser submetido à GFCO periodicamente para análise. Além disso, a fábrica deve passar por auditorias anuais.	Internacional

	Certificado SVB Vegano https://www.selovegano.com.br/	Trata-se do selo conferido pela Sociedade Vegetariana Brasileira para atestar que o produto em questão não utiliza nenhum tipo de ingrediente de origem animal em sua composição e processo de fabricação. Esta é uma certificação não obrigatória que visa atender uma demanda crescente dos consumidores, permitindo que eles evitem produtos que contenham leite, ovos, carnes e outros elementos de origem animal.	Nacional
	Certified Humane https://certifiedhumanebrasil.org/por-que-certificar/	Este selo certifica que o produto tem origem em instalações que seguem determinados requisitos em relação ao tratamento dos animais, como a ausência de gaiolas, grades e baias fixas. A dieta deve ser composta por uma ração de qualidade e livre de antibióticos, estimuladores do crescimento e produtos de origem animal. Além disso, os animais devem ter espaço suficiente para assumir seu comportamento natural.	Internacional
	Selo ART http://www.agricultura.gov.br/assuntos/boas-praticas-e-bem-estar-animal/selo-arte	A Lei n° 13.680, de 14 de junho de 2018, determina que os produtos sejam submetidos à inspeção dos órgãos sanitários dos estados e do Distrito Federal. O produto artesanal será identificado, em todo o país, por um selo único com a indicação ARTE.	Nacional

2.2.1. Certificadoras e suas diretrizes

Para atingir um processo de certificação com credibilidade, as instituições que desenvolvem essas estratégias devem prioritariamente considerar os pontos que envolvem cada produto certificado. Com a certificação o principal objetivo é obter a confiança e credibilidade do consumidor que deve ter acesso às informações claras sobre o produto e a segurança de que a aquisição daquele produto traz um custo-benefício justo e equilibrado em comparação a produtos de marca e qualidade similares, mas sem a certificação. Ainda nesse sentido, é necessário que os produtos certificados sejam atrativos, atinjam diferenciadas faixas do público alvo consumidor por um modelo amplo de divulgação com linguagem acessível.

O passo a passo das certificações varia conforme a Certificadora e os produtos que se deseja certificar. No entanto, informações e todos os materiais podem ser facilmente acessados nos respectivos sites e o material geralmente está disponível para download.



Exemplo das grandes etapas do Ciclo de Certificação da IBD Certificações.

Com o surgimento de novas iniciativas, por exemplo, na região do Pantanal, onde recentemente as certificadoras e selos verdes foram estimuladas por meio do desenvolvimento de projetos estimulados principalmente pela iniciativa público-privada, como a EMBRAPA Gado de Corte, EMBRAPA Pantanal, SEMAGRO e empresas privadas, ainda existem inúmeros desafios. Recentemente, com a criação da Agência de Desenvolvimento Regional Movimenta Pantanal, pelo PROGRAMA LíDER Pantanal, os atores componentes da mesma encaram um novo processo organizacional, onde são necessárias avaliações específicas dentro do conjunto de certificações para identificação de critérios adequados ao nível de exigências para adaptação e agregação de valor.

Dentre os tipos de certificações, algumas empresas certificadoras reconhecidas estão listadas abaixo como exemplo:

Certificação Florestal

- FSC
- Apcer Associação Portuguesa de Certificação (APCER) - (FSC e CERFLOR)
- Bureau Veritas Certification (FSC e CERFLOR)
- Control Union Certifications - Skal International (FSC e CERFLOR)
- DIN CERTCO Gesellschaft für Konformitätsbewertung GmbH (FSC)
- DNV Business Assurance (FSC)
- GFA Certification GmbH (GFA) - (FSC)
- IMO Swiss AG. (IMO) (FSC e CERFLOR)
- Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLORA (CERFLOR)
- QMI - SAI Global Assurance Services (QMI) (FSC)
- Rainforest Alliance - RA & SW - Representante: IMAFLORA (FSC)
- RINA Services S.p.A (RINA) (FSC)
- SCS - Scientific Certification System / Sysflor (FSC e CERFLOR)
- SGS ICS Certificadora Ltda (FSC e CERFLOR)
- Soil Association Certification Limited (SA) - (FSC)
- SysFlor Certificações de Manejo e Produtos Florestais Ltda (CERFLOR)

- TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná - (CERFLOR)
- TÜV Nord Cert GmbH - TUEV (FSC)

Certificação de agricultura e pecuária orgânica

- ABPO
- IBD
- ASPRANOR
- Ecocert – Brasil
- OIA – Brasil
- AAOCERT
- BCS BRASIL
- IMO – Instituto de Mercado Ecológico
- Orgânico Brasil

A legislação para certificação de alimentos orgânicos que serão comercializados no mercado interno brasileiro segue a Legislação Nacional (Lei N° 10.831/2003, seus decretos e instruções normativas), que estabelecem as diretrizes e requisitos de qualidade:

- Decreto Nº 06.323 de 27 de Dezembro de 2007
- Decreto Nº 06.913 de 23 de Julho de 2009
- Decreto Nº 07.048 de 23 de Dezembro de 2009
- Decreto Nº 07.794 de 20 de Agosto de 2012
- Instrução Normativa Conjunta MAPA-MMA Nº 17 de 28 de Maio de 2009 (extrativismo sustentável orgânico)
- Instrução Normativa Conjunta SDA-SDC Nº 02 de 02 de Junho de 2011
- Instrução Normativa Conjunta SDA-SDC-ANVISA-IBAMA Nº 01 de 24 de Maio de 2011
- Instrução Normativa Interministerial Nº 28 de 08 de Junho de 2011 (Produção de Organismos Aquáticos)
- Instrução Normativa Nº 13, de 28 de maio de 2015 (CPOrg e STPOrg)
- Instrução Normativa Nº 17 de 18 de Junho de 2014
- Instrução Normativa Nº 18 de 28 de Maio de 2009 (alterada pela IN Nº 24-11 - processamento)
- Instrução Normativa Nº 19 de 28 de Maio de 2009 (mecanismos de controle e formas de organização)
- Instrução Normativa Nº 21 de 11 de Maio de 2011
- Instrução Normativa Nº 23 de 01 de Junho de 2011
- Instrução Normativa Nº 24 de 01 de Junho de 2011 (Processamento)
- Instrução Normativa Nº 37 de 02 de Agosto de 2011 (Cogumelos comestíveis)
- Instrução Normativa Nº 38 de 02 de Agosto de 2011 (Sementes e Mudas Orgânicas)
- Instrução Normativa Nº 46 de 06 de Outubro de 2011 (Produção vegetal e animal) - Regulada pela IN 17-2014)
- Instrução Normativa Nº 18 de 20 de Junho de 2014 (Selo Federal do SisOrg)
- Lei Nº 10.831 de 23 de Dezembro de 2003
- Portaria Interministerial Nº 177 de 30 de Junho de 2006
- Portaria Nº 331 de 09 de Novembro de 2012

Como critérios comuns para certificações, podem ser listados:

- ✓ Alinhamento com princípios aplicados mundialmente e que levem em conta um equilíbrio entre os interesses econômicos, ecológicos e equidade.
- ✓ Participação de todas as principais partes interessadas na governança do sistema e no desenvolvimento de padrões de ampla aceitação para o manejo florestal responsável.
- ✓ Respeito aos direitos legais e tradicionais, e manutenção de elevados valores de conservação ambiental.
- ✓ Mecanismos independentes e robustos de verificação e comunicação do desempenho dos gestores do manejo florestal certificado.
- ✓ Os produtores de gado de corte associados à ASPRANOR são em sua maioria empresários que não têm como única atividade a pecuária e que têm suas propriedades nas cabeceiras da Bacia do Alto Paraguai (BAP), no Mato Grosso. Também há a participação de quatro associados de Mato Grosso do Sul. Somente os produtores de leite não possuem suas propriedades localizadas na BAP. As fazendas certificadas e em conversão ligadas à pecuária de corte somam uma área total de 29.158 ha. 17 Cabe esclarecer, como o que ocorre na ABPO, que as propriedades ligadas ao vitelo em Mato Grosso do Sul não entram na estatística do IBD. Esta associação encontra-se na etapa mercadológica do processo de organização, pois já está com seu nicho de mercado definido e tem a cadeia produtiva estruturada, inclusive com a homologação de sua logomarca com o slogan “Boi D`Terra” e contrato firmado com o Grupo Friboi. A ASPRANOR desenvolve ações para o fortalecimento desta cadeia e busca de novos mercados consumidores, com a intenção de trabalhar fortemente o mercado interno.
- ✓ Alinhamento

Fonte: Internet

2.2.2. Alternativas de Planejamento e Categorias de Apoio Financeiro para Econegócios

Plano de Negócios

Um plano de negócio é um documento que descreve por escrito os objetivos de um planejamento para determinados produtos e/ou serviços, envolvendo as atitudes do empreendedor. Normalmente descreve a estratégias para alcance dos objetivos de um negócio, incluindo análises de viabilidade e o retorno esperado. A probabilidade organizacional de um plano normalmente ajuda a diminuir riscos e incertezas do negócio.

Dentro da estrutura de um plano de negócios, é importante que haja: identificação do negócio, incluindo forma jurídica e enquadramento tributário; uma análise de mercado, que especificará a demanda, concorrência, fornecedores e tendências de mercado; a linha de produtos e serviços, política de preços e formas de pagamento; recursos humanos, tecnológico e físicos que estão envolvidos; um plano de marketing e um plano financeiro.

Fundos

- Endowment

De uma forma mais ampla, 'endowment' pode ser alguma dotação de qualquer natureza, podendo ser simplesmente um projeto de captação ou uma conta separada para projetos de uma entidade (Beaird & Hayes 1999).

Considerados como fundo de ativos permanentes (moeda, títulos, imóveis, etc.), com estrutura por meio de modelo de gestão de investimentos de longo prazo e com governança apropriada, cujo fim é a preservação do montante principal e a utilização regrada dos rendimentos ganhados em prol da missão finalística a que se propõe.

A ideia do endowment cerca-se, portanto, de dois pilares básicos: estabilidade e autonomia. Estabilidade porque é uma fonte permanente de recursos, possibilitando um planejamento econômico-financeiro em horizontes distantes. A autonomia também é inerente ao fundo, na medida em que tende a proporcionar reduções no grau de dependência financeira da entidade sem fins lucrativos a agentes externos, estando a ideia de autonomia também ligada à gestão do fundo em si.

Através de um sistema endowment as entidades podem destinar seus esforços para o cumprimento de suas finalidades institucionais, ao invés de dispenderem demasiada energia com a captação e gestão dos recursos financeiros para tal.

No Brasil existem poucos casos de endowment, estando seu uso concentrado principalmente em instituições de ensino superior e algumas entidades do terceiro setor (Spalding 2016). No entanto, o terceiro setor tem sido parte integrante da efetivação de direitos fundamentais e políticas públicas no Brasil, e atua principalmente em áreas e serviços de interesse público (como na cultura, assistência social, meio ambiente, pesquisa e educação) e alguns fundos endowment estão consolidados no país. Isso porque três pilares do endowment são respeitados à partir de uma estrutura institucional, que são: *i)* governança organizada e especializada na aplicação dos ativos do fundo patrimonial; *ii)* governança organizada e especializada na área de atuação da instituição para a aplicação eficaz dos recursos gerados pelo endowment; *iii)* transparência na divulgação dos resultados do fundo e no uso dos recursos.

Para outras informações consulte também:

http://edireitogv.com.br/o-endowment/como-funciona ;

https://gife.org.br/caminhos-possiveis-para-a-criacao-de-endowments-no-brasil/ ;

https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2018/01/1951694-fundos-patrimoniais-sao-saida-para-sustentabilidade-financeira-de-ongs.shtml

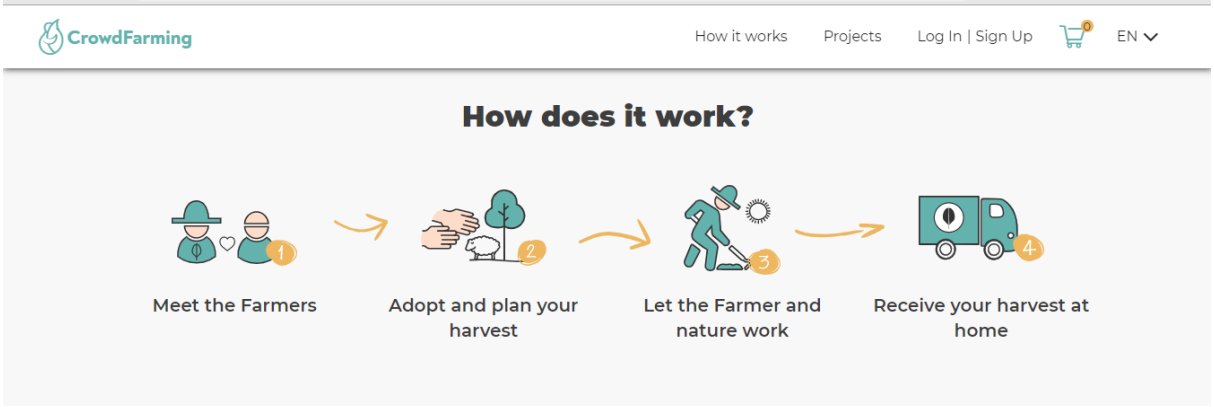
- CrowdFarming

O financiamento 'de multidão' ou crowdfunding apareceu no Brasil como uma possibilidade de financiamento independente com forte divulgação digital para levantar dinheiro não vinculado a empresas ou ao Estado. Por exemplo, o Catarse é a primeira plataforma do país do tipo crowdfunding.

Nessa mesma linha de raciocínio, surgiu um novo conceito à partir de produtores rurais pelo mundo, o crowdfarming, ligando o produtor diretamente ao comprador. A ideia original veio da Espanha por um grupo de produtores de frutas cítricas (laranjas) que comercializavam seu produto via internet e criaram a possibilidade dos seus clientes adotarem um pé de

laranjeira. O resultado foi de uma produção de 700 pés da frutífera para uma fila de espera de 10 mil interessados nesse sistema.

Para mais informações, consulte em: https://www.crowdfarming.com/



- Benchmarking

Benchmarking é um processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho das organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de introduzir melhorias na organização e difundir suas técnicas. É uma ferramenta de gestão que atualiza e aprimora o processo técnico-gerencial por ser uma ação de melhoria contínua, proporcionando autoconhecimento empresarial em comparação com o mercado, construção do conhecimento empresarial, aperfeiçoamento de novas práticas de inovação e criatividade e um exercício empresarial de integração de diferentes setores.

Programa Benchmarking
Para empresas e gestores com boas práticas socioambientais

3. SEGMENTOS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS NO PANTANAL

Setor Primário

É o setor econômico que utiliza a matéria prima para a indústria de transformação, obtida pela exploração de recursos naturais. Está diretamente sujeito aos fenômenos da natureza como clima e mudanças no uso do solo. As principais atividades econômicas do setor primário são: agricultura, mineração, pesca, pecuária, mineração, extrativismo vegetal e caça.

Como mecanismos de valorização dos recursos naturais como matérias-primas, as commodities são efetivas, primeiro pelo baixo nível de industrialização, servindo de base para a indústria e comercializadas em grande volume em nível global. Dentre as categorias de commodities, as principais são: agrícola (p.ex. soja, trigo), mineral (p.ex. ferro, ouro), financeira (p.ex. índices de bolsa de valores) e de recursos energéticos (p.ex. etanol), representando por isso, grande impacto sobre a economia em todo o mundo, e promovendo o desenvolvimento para os países produtores.

Setor Secundário

Neste setor as matérias-primas são transformadas em produtos industrializados que se destinam ao mercado consumidor. Por exemplo, no processo de industrialização e infraestrutura.

Setor Terciário

Em economia, o setor terciário corresponde às atividades de comércio de bens e à prestação de serviços. Abrange uma vasta gama de atividades que vão desde o comércio de mercadorias à administração pública, passando por transportes, atividades financeiras e imobiliárias, serviços a empresas ou pessoais, educação, saúde e promoção social. De fato, o terciário é constituído por atividades complementares aos outros setores (primário e secundário da atividade econômica). Como atividades econômicas deste setor, podemos citar: comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, transportes, e etc.

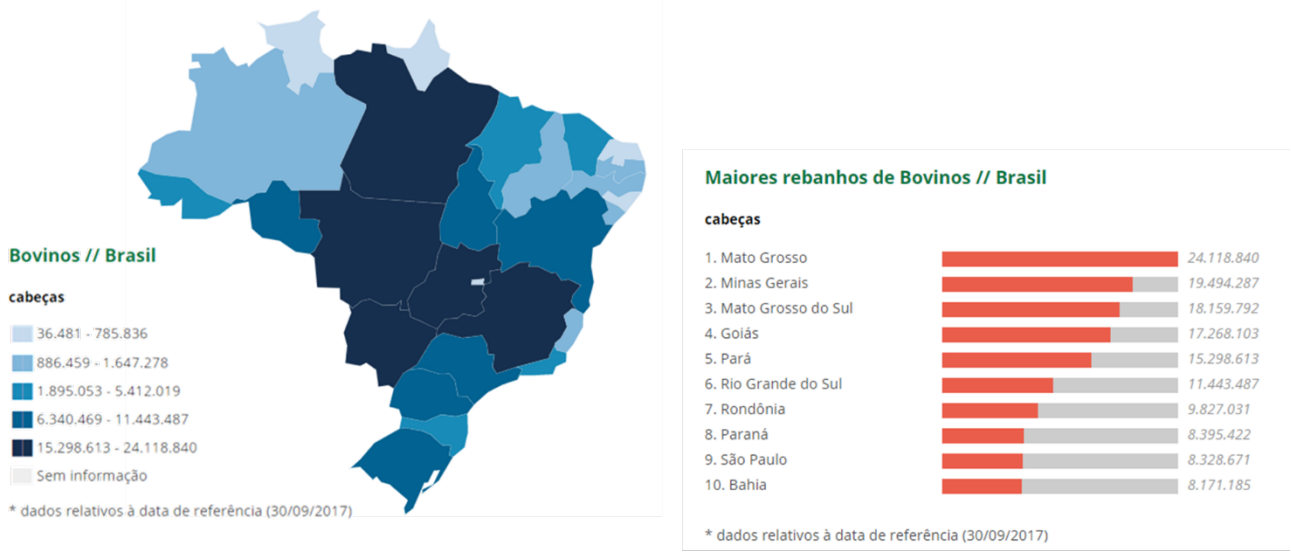
3.1. Principais Atividades Econômicas Sustentáveis desenvolvidas no Pantanal

3.1.1. Agricultura e pecuária Sustentável

A Associação de Agricultura Orgânica (AAO - http://aao.org.br/aao/#) reúne hoje mais de 1.400 associados, incluindo agricultores, agrônomos, profissionais liberais e consumidores. Busca medidas que estimulem a produção de alimentos sadios, com técnicas que não agridam o meio ambiente, assim como a inserção desses produtores no mercado. É membro da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), e sua atividade visa tanto promover o conhecimento técnico por parte dos produtores, quanto promover, desde o final de 1996, um selo de qualidade em alguns comércios da Grande São Paulo.

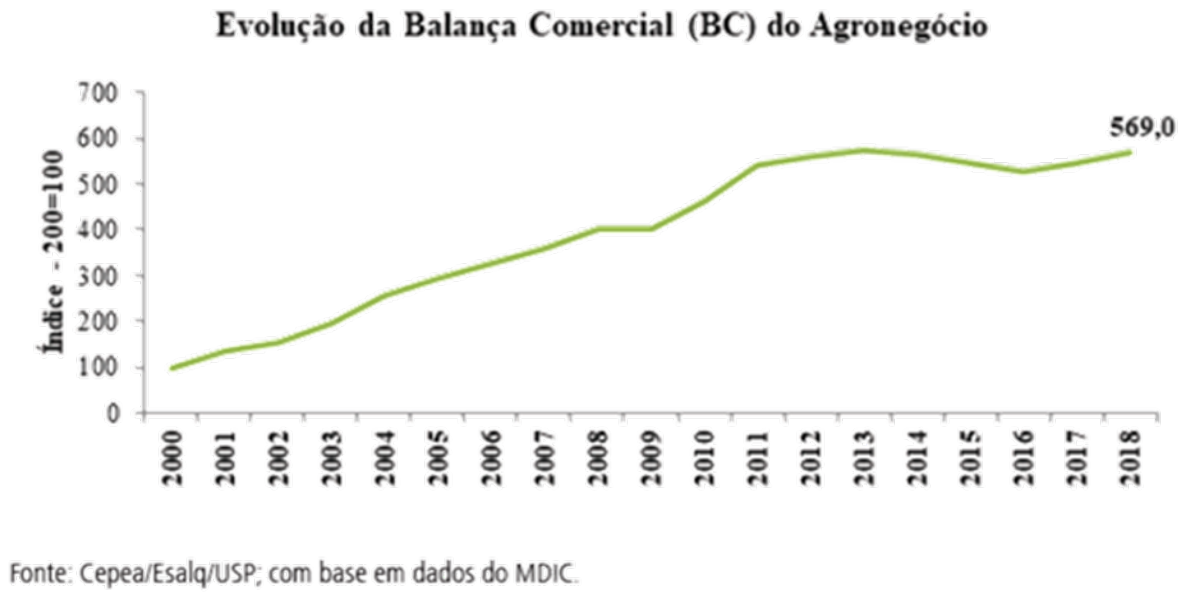
Na região do Pantanal, é possível encontrar Feiras Orgânicas em cidades dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (https://feirasorganicas.org.br/). O Mapa de Feiras Orgânicas é uma ferramenta de busca idealizadas pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e estimula a alimentação saudável em todo o Brasil, além de divulgar a acessibilidade a produtos orgânicos mais acessíveis aos consumidores.

A pecuária extensiva de corte, cria e recria é a principal atividade econômica do Pantanal, com um efetivo bovino no censo agropecuário de 18 milhões para o MS e 24 milhões para o MT (IBGE 2017). Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão entre os estados maiores rebanhos de bovinos no Brasil. Na região pantaneira o sistema de produção está adaptado às características ambientais especiais, com o manejo do gado obedecendo ao ritmo das águas (Pott *et al.* 1989, Rosa *et al.* 2007). A ocorrência de ciclos alternados de grandes cheias e grandes secas determina problemas técnicos diferenciados em cada ciclo e em diferentes sub-regiões do Pantanal.



Fonte: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pecuaria.html

Segundo dados Cepea (2018) a participação do agronegócio nas exportações totais do país foi de 42%, ficando um pouco abaixo da participação no ano anterior. Entre 2000 a 2018, o saldo comercial do agronegócio brasileiro (valores de receitas das exportações menos gastos com importações em dólares) aumentou quase seis vezes, com crescimento de 569%.



Fonte: Cepea/Esalq/USP; com base em dados do MDIC.

A realidade da região pantaneira, em termos de organização entre produtores, é que mais de 90% da região é constituída por propriedades privadas de diferentes tamanhos, e devido a isso, vários proprietários tem se organizado na procura de alternativas cujos sistemas de produção garantam um sistema de baixo impacto sobre os ambientes naturais mas com aumento da produtividade, considerando a inserção de aspectos sustentáveis, por exemplo, pela otimização de recursos forrageiros naturais, que respeita os limites de

cada ambiente local e assegura a manutenção da biodiversidade e a capacidade de recuperação dos ecossistemas pantaneiros.

Por isso, **alternativas de agricultura e pecuária orgânica** vindas por projetos do terceiro setor em parceria com a iniciativa privada, (p.ex. ABPO, Novilho Precoce), e políticas públicas de desenvolvimento econômico (como o recém publicado Protocolo do Programa Carne Sustentável e Orgânica do Pantanal em Mato Grosso do Sul), surgem como possibilidades de manutenção dos ambientes produtivos conciliados com a proteção de ambientes nativos pantaneiros.

Notadamente o consumo de produtos orgânicos, não somente está associado com aspectos educacionais e consciência por parte dos consumidores, mas também envolve aspectos como incentivos aos produtores, pela renda familiar além da disponibilidade do produto em questão, além do custo final que geralmente é maior em produtos orgânicos comparados aos convencionais. Adicionalmente os processos de certificação que agregam ao produto selos orgânicos ou selos verdes, são estratégicos para garantir acesso aos mercados que procuram alternativas diferenciadas (Rezende e Farina 2001).

Assim, em toda a região da BAP, um modelo de desenvolvimento sustentável através da produção orgânica sustentável traz uma nova forma de contribuição para o uso de recursos naturais renováveis, agregando em toda a cadeia outras oportunidades desencadeadas por esses processos, tais como o ecoturismo e iniciativas de boas práticas ambientais. No entanto, tais processos exigem planejamento e tempo para execução que demandam constante aperfeiçoamento das práticas de produção com baixo impacto, além de um monitoramento e avaliação permanente das etapas do processo como um todo.

A busca da certificação para o agronegócio é uma alternativa que contribui para a sustentabilidade ambiental na BAP em sua porção Brasileira, uma vez que integra não somente sistemas produtivos, mas também a conectividade entre áreas protegidas, boas práticas envolvendo o uso racional dos recursos naturais além do turismo sustentável. Tais fatores em conjunto, ajudam na manutenção da biodiversidade regional e dos processos ecológicos, além do desenvolvimento socioeconômico local, trazendo melhores condições às populações de cada região em questão. Para isso, ações com diferentes atores, aliando os setores público-privado às iniciativas do terceiro setor, se tornam essenciais para resultados factíveis na conservação e desenvolvimento sustentável da região da BAP.

Principais ameaças referentes à agricultura e pecuária

O relatório de ‘Ameaças e Cenários para o Pantanal’, elaborado para o Programa Corredor Azul em 2018 e 2019, traz um contexto detalhado sobre as ameaças atuais ao sistema pantaneiro no Brasil e demonstra como as Áreas Úmidas do ecossistema pantaneiro exercem funções ecológicas essenciais, regulando os fluxos das águas, com a proteção dos solos e ciclagem de nutrientes, além de questões mais amplas como condições climáticas local e regional. Por isso, as Áreas Úmidas estão entre os ambientes mais produtivos em todo o mundo e entre as áreas com aumento da preocupação devido ao potencial do uso econômico, sendo necessárias estratégias para conciliar a conservação dos ecossistemas naturais com as atividades econômicas realizadas na região.

Nesse sentido, como já mencionado, a integração de proprietários privados que são os principais atores, aos processos alternativos de desenvolvimento sustentável das atividades econômicas no Pantanal é um passo chave, uma vez que pode combinar mecanismos de produção sustentável por meio de diversificados instrumentos econômicos na gestão ambiental das fazendas com incentivos para a conservação dos recursos naturais, como por exemplo, a redução do desmatamento para abertura de novas pastagens à partir da

implantação do manejo das pastagens já existentes nas fazendas.

Com estudos que apontam o nível de degradação do solo na BAP, principalmente na região do planalto, onde estão as cabeceiras dos rios, principais abastecedores dos rios da planície pantaneira (Roque *et al.* 2016), inúmeros exemplos em fazendas com baixa implantação de boas práticas, como pastagens deterioradas e problemas de erosão em diferentes níveis, precisam de apoio técnico e alternativas de desenvolvimento para se reestruturarem e conseguir um novo modelo produtivo aliado à conservação dos recursos, como vegetação, água e biodiversidade.

Outro fato preponderante é a monocultura agrícola, com maior destaque produtivo da soja, seguida do milho e algodão. A produção agrícola tem sido apontada como a atividade econômica de maior impacto mundial (Allan *et al.* 2019) e implantada no Planalto da BAP brasileira, geralmente no sistema de plantio direto, avançando cada vez mais nas áreas privadas em transição da atividade de pecuária para agricultura.

Produtos com selo no Pantanal

Dentre os principais produtos da pecuária bovina orgânica do Pantanal, o Programa Carne Sustentável e Orgânica do Pantanal tem criado novas oportunidades, particularmente no Mato Grosso do Sul. Um dos principais benefícios do programa é a isenção de impostos a pecuária de baixo impacto ambiental na região pantaneira, que pode chegar a 50% na produção sustentável e a 67% na produção orgânica.

Como empresa certificada, a Guarânia foi a primeira indústria a receber a certificação de produto orgânico pela IBD e MAPA.

Informações complementares sobre a pecuária e agricultura orgânica certificada no Pantanal podem ser obtidas em:

- http://www.correiodecorumba.com.br/?s=noticia&id=29518
- https://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/artigo_agropecuario/sistema_de_pecuaria_bovina_organica_no_pantanal.html
- http://www.korin.com.br/produtos/praticidade/hamburguer-de-carne-bovina/
- http://guarania.com.br/
- http://www.wessel.com.br/produtos/organicos/miolo-de-alcatra-organico

3.1.2. Produtos e serviços da biodiversidade do Pantanal

Frutos e sementes

A vegetação Pantaneira está entre as mais diversificadas no Brasil, fortemente influenciada por espécies de formações do Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia, soma mais de 1.800 espécies registradas até o momento, com uma riqueza de espécies para certas famílias muito mais alta em relação a outros biomas neotropicais, incluindo, por exemplo, formações monodominantes como espécies aquáticas (arrozal, *Oryza* spp.), pioneiras (canjiqueiral, *Byrsonima orbignyana*), ou não inundáveis (acurizal, *Attalea phalerata* e babaçual, *Attalea speciosa*) (Pott 2000; Junk 2006; Pott e Pott 2009; Pott *et al.* 2014).

Essa biodiversidade está muito ligada ao componente sociocultural, marcada pela presença de aldeias indígenas e comunidades quilombolas e ribeirinhas, que historicamente trazem formas diversificadas de interações com a natureza e vivenciam crescente demanda por iniciativas de construção coletiva, fazendo parte de contextos em projetos e programas de gestão territorial e manejo sustentável dos recursos naturais disponíveis (Farinaccio *et al.* 2015).

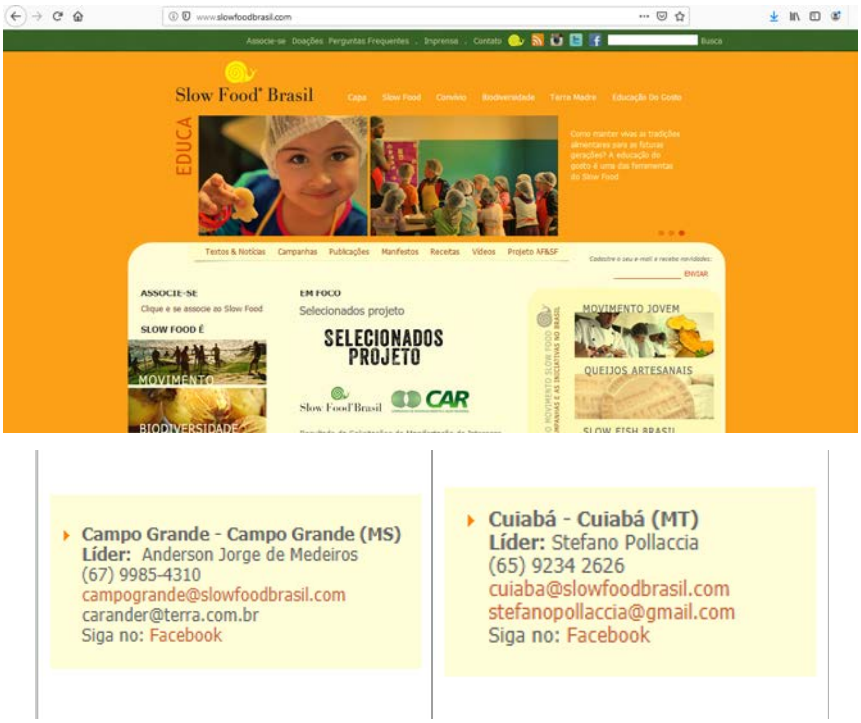
Dentre os frutos e sementes com maior destaque comercial, principalmente em comércio local em diferentes municípios da BAP, podem ser destacados os frutos de bocaiúva, buriti, pequi, guavira, acuri, jatobá. A produção orgânica de frutos destaca o maracujá, inclusive como produto de exportação. Dentre as sementes, os destaques comerciais trazem o cumbaru ou baru – a castanha do Cerrado.

Outras alternativas inovadoras com a biodiversidade

Como forma de incentivar o uso e a promoção de alimentos saudáveis para a população, no Brasil tem surgido algumas iniciativas que se apresentam com o propósito de favorecer o conhecimento sobre as frutas, hortaliças, leguminosas, cereais, ervas e outros itens da biodiversidade nativa Brasileira, aqui especificamente destacamos exemplos para o Pantanal, como frutos de guavira, bocaiúva, acuri e buriti, além de sementes como o cumbaru e o arroz nativo. Esses empreendimentos normalmente defendem a biodiversidade alimentar local e suas tradições, garantindo uma inserção na gastronomia, a fim de que, por meio de um modelo de agricultura sustentável, as comunidades envolvidas possam cultivar e produzir os itens mais comuns de suas regiões.

Uma dessas iniciativas, a Fundação Slow Food para a Biodiversidade, fundada na Itália em 2003, criou seu próprio estatuto e autonomia econômica e administrativa. Com projetos implementados em todo o mundo, como a Arca do Gosto, que apresenta um catálogo mundial que identifica, descreve e divulga sabores quase esquecidos de produtos ameaçados de extinção, mas ainda vivos, com potenciais produtos e comerciais reais (http://www.slowfoodbrasil.com/arca-do-gosto). Veja aqui a lista de produtos Brasileiros: http://www.slowfoodbrasil.com/arca-do-gosto/produtos-do-brasil).

Já o Fortalezas são projetos do Slow Food que dão oportunidades aos pequenos produtores a resolver suas dificuldades, reunindo produtores isolados e criando uma rede com mercados alternativos, visando a valorização dos seus produtos. Para isso, um produto que conste no catálogo da Arca do Gosto passe ao projeto Fortalezas, é necessário um contato direto com produtores que compartilhem da mesma filosofia Slow Food e que estejam motivados para desenvolver o projeto. Mais informações podem ser conferidas em: http://www.slowfoodbrasil.com/fortalezas e aqui, você confere a lista de produtos do Brasil: http://www.slowfoodbrasil.com/fortalezas/fortalezas-no-brasil



Página da internet do Slow Food Brasil e contatos de Convívio Slow Food nas capitais Brasileiras da região do Pantanal, MT e MS.

Finalmente, iniciativas de empresas privadas vem se expandindo, levando o conhecimento específico sobre produtos da Biodiversidade Brasileira para a gastronomia em experiências no país e exterior, tais como:

A Plataforma Gastronômica Comer e Beber MS que traz iniciativas de produtores locais:

A agência BrasilFood Safaris que implementa uma nova forma de inserção de produtos da biodiversidade e tradições pantaneiras em pratos sofisticados ensinados para pessoas de todo o mundo e que promove o turismo de forma específica, incluindo o Pantanal:

Mais informações, consulte mais sobre produtos orgânicos em:

- http://www.organicsnet.com.br/?s=Pantanal
- https://www.korin.com.br/quem-somos/
- https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=16254&noticia=empresa-lanca-primeiro-delivery-de-frutas-organicas-de-cuiaba
- http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI318062-18283,00-MARACUJA+ORGANICO+DE+SABOR+PANTANEIRO.html
- Apoms (Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul)

Apicultura/Mel

O mel natural é um produto encontrado em todo o território nacional, e vem sendo produzido no Brasil desde a década de 1990. Com uma progressão de expansão constante no país, a produção apícola no Pantanal tem grande potencial devido à riqueza de espécies da flora encontrada em ambientes nativos conservados (Reis 2003). Esse fato favorece o sistema produtivo orgânico com grande potencial econômico para a região. Um inventário preliminar da flora apícola do Pantanal de Mato Grosso do Sul (Pott e Pott 1986) registrou 162 plantas apícolas.

As espécies frequentes mais procuradas por abelhas são arbustos como o assa-peixe (*Vernonia scabra*), árvores frutíferas como o cumbaru (*Dipteryx alata*) e tarumeiro (*Vitex cymosa*), e as ervas hortelãzinha (*Hyptis lappacea*) e "vick" (*Bacopa sp*). São citadas, ainda, como de grande visitação pelas abelhas, pelo menos mais 10 espécies. Um calendário apícola floral (mensal), elaborado com base nesse levantamento, indica que há floração durante o ano todo, e que, portanto, a região é muito propícia à apicultura. No Pantanal de Mato Grosso as espécies mais comuns, com grande concentração de néctar, são assa-peixe (*Vernonia lineares*), cambará (*Lantana camara*), hortelã-do-campo (*Hyptis crenata*) e lírio do campo (*Alstroemeria cunea*) (Lira 2006). A abundância de abelhas nativas é outra evidência do grande potencial para a apicultura da região. Assim, o Pantanal possui grande produtividade (Ferreira *et al.* 2016).

A apicultura apresenta várias características que a tornam competitiva em relação a outras atividades econômicas: necessita de pequenas áreas para instalação das colmeias, tem ciclo curto, exige pequeno investimento inicial de capital, tem baixo custo de manutenção e retorno compatível com as taxas médias do mercado financeiro. A quantidade de mel produzido no Brasil aumentou consideravelmente, passando de 35 mi em 2013 para mais de 42 mi de quilogramas em 2018 (IBGE Pesquisa Pecuária Municipal 2018).

Embora a agricultura em larga escala esteja se expandindo também para regiões da BAP e Pantanal, o mel pantaneiro produzido em toda região é de excelente qualidade, de sabor agradável e isento de contaminantes químicos.

Fundada no ano de 2001, a Alespana começou com seis produtores e, hoje, possui 42 sócios em diversos municípios da região pantaneira de Mato Grosso do Sul, sendo 32 homens e 10 mulheres. Terenos, Anastácio, Aquidauana, Nioaque, Miranda e Dois Irmãos do Buriti são as seis cidades nas quais os apicultores exercem suas atividades.

Foto: Elci Holsback

Fonte: http://www.iagro.ms.gov.br/mel-de-apicultores-do-pantanal-recebe-premio-internacional-no-chile/

Carne e couro de jacaré

Em 2017 foi inaugurado o primeiro frigorífico para abate de jacarés do Estado de Mato Grosso do Sul. A empresa CAIMASUL está localizada na área do Pantanal, em uma fazenda de 154 hectares às margens da BR-262, a 30 km do município de Corumbá (MS). Com autorização governamental do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) o projeto é um complexo industrial que engloba criação, engorda e abate desses animais.

Os produtos, carne e pele, são comercializados no Brasil e no mercado internacional. A previsão era chegar a 2019 com cerca de 250 mil animais em cativeiro. O faturamento anual previsto é de R$ 50 milhões, gerando novos postos de trabalho diretos e indiretos.

Cada animal abatido pesa em média 10 kg, com preços médios comercializados a R$ 55,00 o quilo. Metade da carne produzida no Pantanal é comercializada no Mato Grosso do Sul e o restante abastece outros estados Brasileiros, dentre eles, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Alagoas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Informações complementares podem ser obtidas em:

https://www.caimasul.com/br/noticias.html

Pesca e aquicultura

Em toda a BAP o histórico da atividade pesqueira demonstra a importância socioeconômica e ambiental da atividade, que classifica a pesca em três modalidades específicas, a pesca de subsistência que garante o consumo das populações ribeirinhas de baixa renda ou em áreas isoladas, a pesca amadora que visa principalmente a atividade turística, incluindo serviços como transporte, hospedagem e alimentação, e a pesca profissional-artesanal que tem como principal produto o pescado, destinado à comercialização para consumo humano.

Desde 1995 a Embrapa Pantanal publica estudos a partir do monitoramento de dados nos rios pantaneiros sobre o sistema de controle da pesca no Mato Grosso do Sul (SCPESCA/MS). Esse sistema permite a coleta, análise e disponibilização de informações para a sociedade como um todo, contribuindo com subsídios para a gestão e uso sustentável dos recursos provenientes da pesca na BAP. O SCPESCA conta com apoio do 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental de MS (15º BPMA-MS), e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), por intermédio do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL).

Entre as principais espécies alvo de monitoramento, o Sistema registra informações sobre 16 espécies de peixes da região, reunidos sob 13 nomes comuns:

Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul SCPESCA/MS 23 – 2016

Tabela 1. Relação das 16 espécies de peixes computadas pelo SCPESCA/MS, reunidos sob 13 nomes comuns.

Nome comum	Espécie
Barbado	*Pinirampus pirinampu* (Spix & Agassiz, 1829)[1] *Luciopimelodus pati* (Valenciennes, 1840)
Cachara	*Pseudoplatystoma reticulatum* (Eigenmann & Eigenmann, 1889)[2]
Curimbatá	*Prochilodus lineatus* (Valenciennes, 1836)
Dourado	*Salminus brasiliensis* (Cuvier, 1816)
Jaú	*Zungaro jahu* (Ihering, 1898)[3]
Jurupensém	*Sorubim lima* (Bloch & Schneider, 1801)
Jurupoca	*Hemisorubim platyrhynchos* (Valenciennes, 1840)
Pacu	*Piaractus mesopotamicus* (Holmberg, 1887)
Piavuçu	*Leporinus macrocephalus* Garavelo & Britski, 1988
Pintado	*Pseudoplatystoma corruscans* (Spix & Agassiz, 1829)
Piranha	*Pigocentrus nattereri* Kner, 1858[1] *Serrasalmus maculatus* Kner, 1858 *Serrasalmus marginatus* Valenciennes, 1837
Piraputanga	*Brycon hilarii* (Valenciennes, 1850)
Tucunaré	*Cichla piquiti* Kullander & Ferreira, 2006[4]
Outras	Outras espécies

[1] Espécie mais frequente.
[2] Espécie descrita anteriormente como *Pseudoplatystoma fasciatum* (Linnaeus, 1766).
[3] Espécie descrita anteriormente como *Paulicea luetkeni* (Steindachner, 1875), que passou a ser considerado como um sinônimo júnior por Lundberg e Littman (2003).
[4] Espécie introduzida, originária da Bacia Amazônica.

Fonte: Catella *et al.* 2017.

De acordo com o SCPESCA/MS 23 (2016), as espécies mais capturadas pelas duas categorias juntas foram: o pintado *Pseudoplatystoma corruscans* (90 t, 23,9%), o cachara *Pseudoplatystoma reticulatum* (69 t, 18,3%) e o pacu *Piaractus mesopotamicus* (52 t, 13,8%). Os rios que mais contribuíram foram o Paraguai (174 t, 46%) e o Miranda (134 t, 35,6%). O número total de pescadores profissionais registrados neste ano foi de 3.826. Para a pesca profissional, em mediana mensal, a duração das viagens de pesca variou de 4 a 6 dias, capturando entre 14,8 e 51,5 kg por pescador por viagem com rendimento entre 6,50 e 11,62 kg por pescador por dia. Neste ano, a cota de captura permitida para a pesca esportiva permaneceu em 10 kg mais um exemplar de qualquer peso e até cinco exemplares de piranhas. Um total de 14.750 pescadores esportivos visitou o estado, provenientes, principalmente de São Paulo (47%), Paraná (23%) e Minas Gerais (9%) com maior concentração nos meses de setembro e outubro. Em mediana mensal, esses pescadores realizaram viagens com duração de 4 dias de pesca, capturando entre 11,25 e 13,29 kg por pescador por viagem com rendimento entre 2,65 e 3,77 kg por pescador por dia. Foram analisadas 5.895 Guias de Controle de Pescado.

Como a modalidade turística que mobiliza maior número de visitantes e que mais gera divisas para os municípios do Pantanal é a pesca esportiva, o arranjo de serviços prestados em conjunto como transporte, hospedagem, alimentação e serviços especializados estruturam as comunidades locais que dependem dessas atividades, e consolida-se na região como a maior atividade de lazer da planície pantaneira (Moraes e Espinoza 2001).

Um histórico informativo sobre a Memória da Pesca no Pantanal, incluindo uma ‘carta aberta aos governadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul sobre a cota zero’ pode ser consultado em: https://www.cpap.embrapa.br/pesca/?end=turismo/capa_site_2.htm

O projeto ‘cota zero’ traz pontos de vista sobre os atores envolvidos, por parte de pesquisadores, poder público e populações tradicionais. Inúmeros pontos de vista vêm sendo debatidos atualmente sobre as consequências da cota zero para pesca amadora no MT e no MS. Veja mais em:

- https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=459434&noticia=deputado-diz-que-cota-zero-para-pesca-amadora-deixara-cidade-fantasma-e-muda-projeto-do-governo
- https://www.cpap.embrapa.br/pesca/?end=turismo/capa_site_2.htm
- https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=17391&noticia=projetos-propoem-cota-zero-para-a-pesca-e-federacao-concorda-pantanal-nao-aguenta-mais
- https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=112105
- https://www.imasul.ms.gov.br/cartilha-do-pescador-2019-ja-esta-disponivel-e-atualizada-com-novas-normas-para-pesca-amadora-em-ms/

3.1.3. Turismo no Pantanal

O turismo é um dos segmentos da socioeconômica e que tem grande destaque na área ambiental. Isso devido à sua atratividade de massa e o usufruto de localidades privilegiadas em beleza natural (Pereira *et al.* 2011).

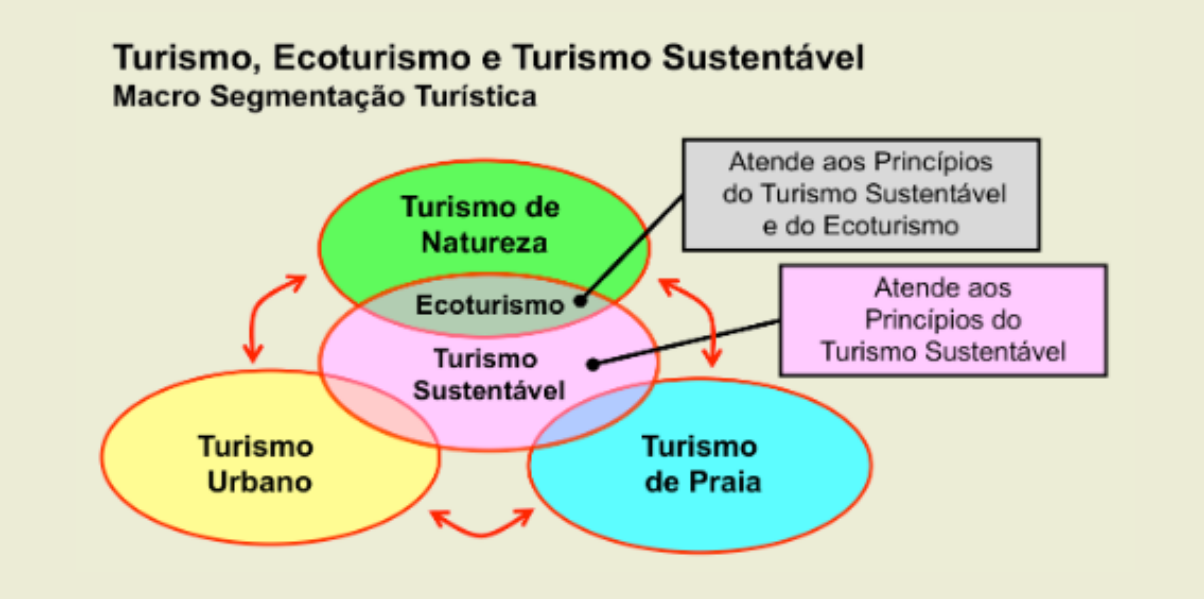
Nas regiões do Pantanal o turismo foi caracterizado como atividade esportiva e cultural (PCBAP 1997), e está ligado diretamente à qualidade do meio ambiente, atualmente, envolvendo medidas como o uso racional da água, eficiência energética, a gestão de resíduos sólidos, a redução do desperdício, dentre outros aspectos.

Segundo a Organização Mundial de Turismo, a definição de turismo é 'o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros'.

Os principais segmentos do turismo conhecidos são: o turismo urbano, o turismo de natureza e o turismo de praia (Sol e Mar).

Já entre as categorias de turismo, o turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro (Brasil, Ministério do Turismo 2009, http://www.ecobrasil.eco.br/turismo/turismo-sustentavel).

Já Ecoturismo, segundo o conceito de Mohonk (2000), é o turismo sustentável em áreas naturais, que beneficia o meio ambiente e as comunidades visitadas e que promove o aprendizado, respeito e consciência sobre aspetos ambientais e culturais (http://www.ecobrasil.eco.br/turismo/ecoturismo).



Fonte: Adaptado de Instituto EcoBrasil, consultado em setembro de 2019.

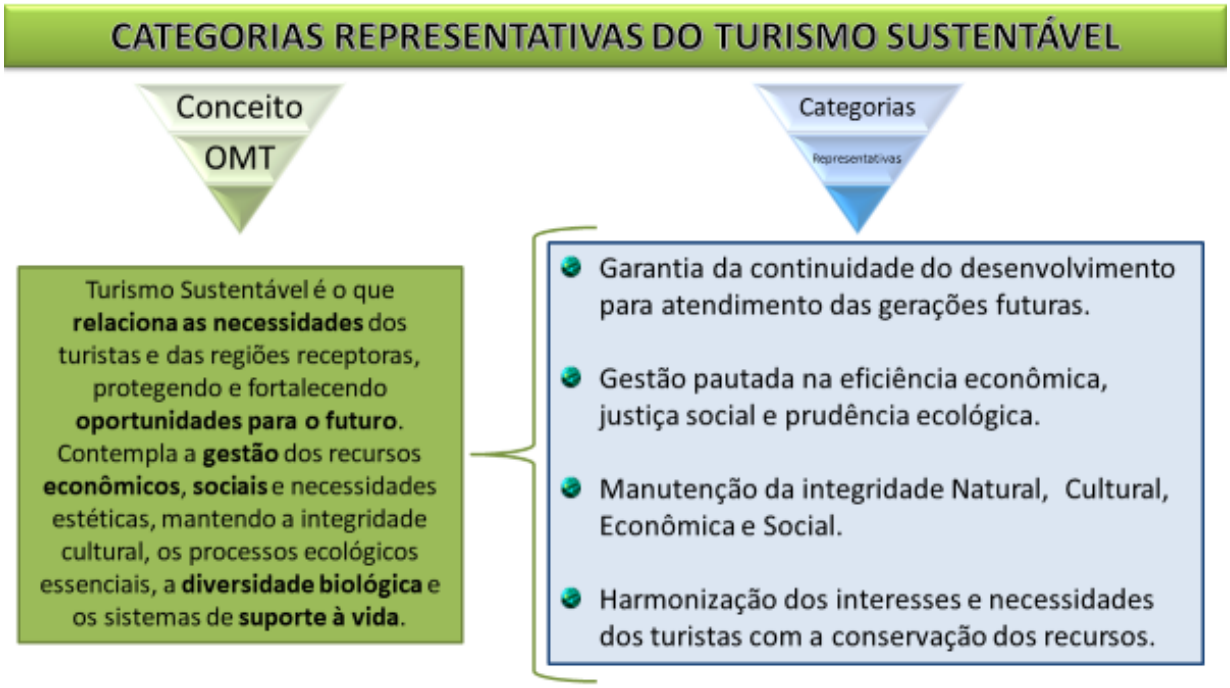
No Mato Grosso e Mato Grosso do Sul o turismo está bem organizado e funciona em diferentes condições, dependendo da região e recursos naturais. Existem desde lugares ricos em número de cachoeiras, rios de águas transparentes e fauna exuberante, a passeios em rios largos e cavalgadas por entre baías e várzeas naturais.

No Mato Grosso do Sul informações sobre o turismo do Estado podem ser encontradas em http://www.turismo.ms.gov.br/ e no site da Fundação de Turismo de MS (Fundtur/MS) pode ser encontrado o Observatório do Turismo (http://www.observatorioturismo.ms.gov.br/), departamento responsável por organizar os dados turísticos e disponibilizá-los em seu portal informações em mapas e boletins oficiais (http://www.turismo.ms.gov.br/institucional/fundacao-de-turismo-de-ms/). O Mato Grosso possui em sua página oficial as informações sobre aspectos referentes ao turismo ligados ao desenvolvimento econômico da região e informações sobre as atividades turísticas do Estado podem ser encontradas em: http://www.sedec.mt.gov.br/

Em 2019 no Mato Grosso do Sul, a Fundtur reorganizou o Mapa de Regionalização do Turismo, classificando as principais regiões do Estado conforme suas aptidões locais e tipos de turismo.

Fonte: Fundtur-MS, acessado em 01/07/2019.

Pensando no turismo sustentável, a Fundtur-MS, definiu as seguintes categorias:



E como sugestão de critérios, desafios e questões para a sustentabilidade das ações de planejamento, por exemplo, que podem ser aplicadas pela Agência de Desenvolvimento Regional Movimenta Pantanal, podem ser discutidos os seguintes aspectos:

CRITÉRIOS	DESAFIOS	QUESTÕES
1. Atendimento das necessidades atuais e futuras. 2. Gestão Responsável do Turismo Sustentável. 3. Conservação dos Recursos. 4. Integração da Comunidade. 5. Melhora da Qualidade de Vida.	1. Identificar processos de gestão que possa ser adaptado ao destino. 2. Criar mecanismos para qualificação profissional da comunidade para o turismo sustentável. 3. Aumentar o número de turistas para o destino. 4. Realização de vendas de pacotes "casados" - Rota Pantanal-Bonito.	As IGRs do Turismo no Pantanal e outras associações empresariais **estão inseridas no processo de planejamento das ações da Agência Regional Movimenta Pantanal?** **Como será feita a integração de ações já existentes destas IGRs e Associações no planejamento** da Agência de Desenvolvimento Regional Movimenta Pantanal?

Infraestrutura turística na BAP

A atividade do turismo na BAP conta com uma estrutura de hospedagem composta em sua maioria por estabelecimentos privados, principalmente por hotéis-pousada, hotéis-fazenda, hotéis-pesqueiro, ranchos de pesca, pesqueiros, acampamentos, campings e barco-hotel (Figura 7; Anexo Tabela 1).

Atualmente, o Governo do Estado de MS e MT vem estruturando as rodovias e investindo para que elas auxiliem os produtores da região que precisam escoar produtos, como mantimentos, para suas propriedades, e as estradas têm sido os principais acessos aos estabelecimentos turísticos no Pantanal.

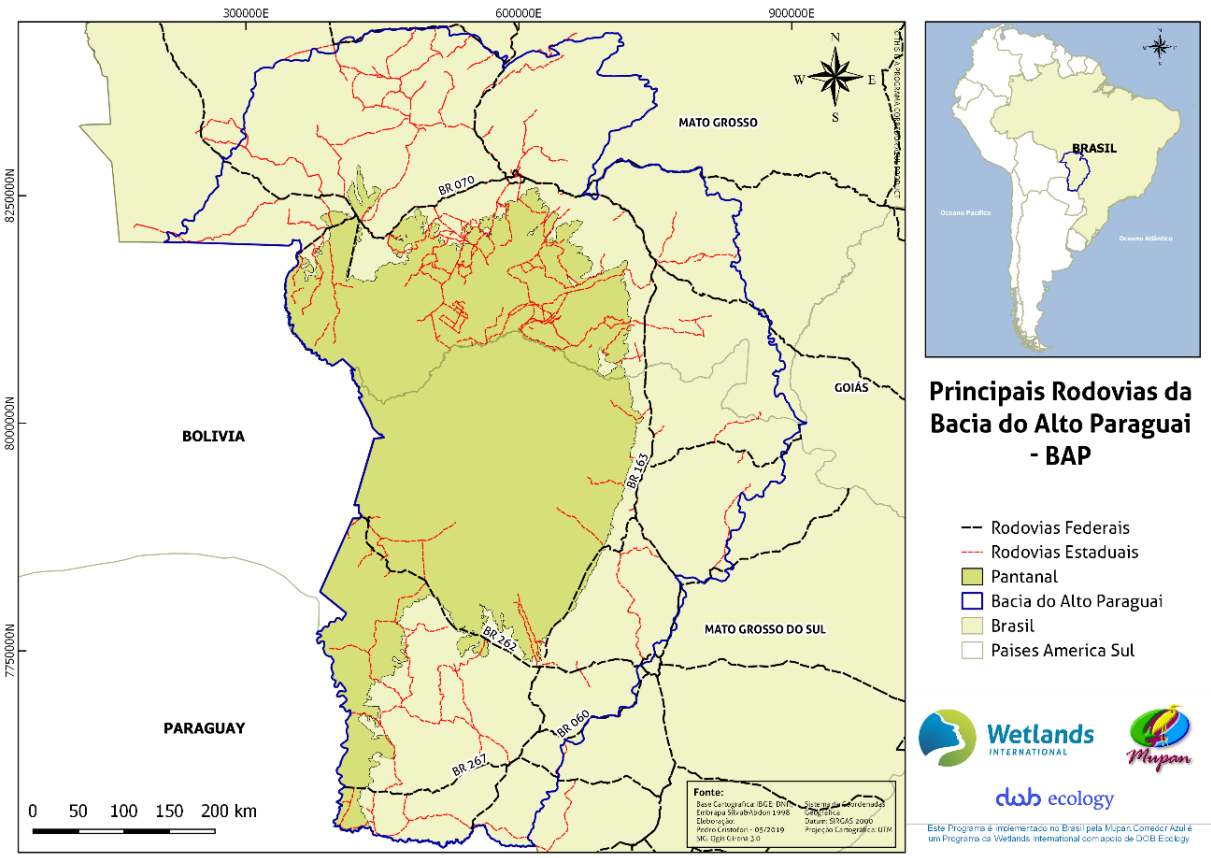


Figura 7.- Infraestrutura de estradas – acessibilidade e problemáticas (escoamento agronegócio) – impacto de espinha-de-peixe – asfaltamento de estradas parque impacto e problematização de atropelamentos da fauna.

Impactos de atividades sobre o Turismo

Existem vários problemas que interferem no turismo no Pantanal, como a infra-estrutura deficiente e a falta de capacitação na prestação de serviços. Outro contraponto é que esforços para promover o ecoturismo no Pantanal ainda não são coordenados entre os dois estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e há uma carência da integração entre os agentes envolvidos.

As estratégias de comunicação e marketing são diferenciadas, pois existem estabelecimentos turísticos em vários níveis e atores locais muito diversificados. As associações de turismo desenvolvem um papel fundamental para agregação de

estabelecimentos que tem maior poder de ação para comunicação e prestação de serviços locais.

Mesmo assim, com grande diversificação das atividades turísticas no Pantanal, há um crescimento do mercado em maior proporção nos últimos anos, e cada vez mais os esforços requerem o envolvimento do poder público e dos empresários do setor e não apenas do empreendedor no setor turístico.

O desenvolvimento do turismo no Pantanal continua sendo uma faca de dois gumes com relação ao ambiente natural. Os moradores locais estão crescentemente cientes e orgulhosos do valor da sua rica herança natural e o governo local investe em infraestrutura e treinamento para favorecer o desenvolvimento do turismo. Porém, alguns problemas também crescem: a má deposição de lixo e dejetos; o comércio de animais silvestres e produtos de vida selvagem; a pesca extrativa (predatória) por turistas pescadores. A vocação turística do Pantanal está relacionada com suas características ambientais. Assim, é fundamental que se realizem investimentos que conservem a natureza, particularmente em infraestrutura básica, como instalação de sistemas de esgoto e coleta de lixo sólido. Veja outras informações em http://www.turismo.ms.gov.br/conheca-ms/pantanal/

Principais Hotéis-Fazenda no Pantanal

A base do ecoturismo no Pantanal é a estadia em uma das muitas propriedades rurais, que funcionam ao mesmo tempo como fazendas de pecuária e hotéis-fazendas. Algumas são bastante sofisticadas (em termos de infraestrutura, serviços profissionais e turismo responsável), mas a maioria foi uma adaptação da sede da fazenda para a recepção dos visitantes, e onde se mantém as tradições de hospitalidade local. Para o Pantanal sul, estima-se uma capacidade de receber entre 100 mil e 140 mil turistas por ano.

A maior parte dos hotéis-fazenda iniciaram no turismo como um complemento a outras atividades econômicas, principalmente a pecuária. Abrir o hotel é, muitas vezes, a forma de preservar a própria fazenda, sendo comuns os casos em que a renda gerada pelos hóspedes acaba se tornando mais importante que aquela proveniente da atividade agropecuária (Silva et al., 1998b).

Muitos hotéis-fazendas, pousadas e *eco-lodges* podem ser acessadas por via rodoviária o ano todo, mas outros, devido ao alagamento e, dependendo em qual região do Pantanal está localizado, ficam isolados durante alguns meses do ano, sendo acessados por turistas apenas com uso de aviões pequenos. O acesso por estrada pode ser feito o ano todo, no entanto, alguns trechos possuem acesso precário, demandando longo tempo de trânsito. Por exemplo, na Transpantaneira MT060, 145 km são feitos em um percurso de 5 horas. Se por um lado esses impasses logísticos afetam o transporte de materiais e insumos às fazendas e pousadas quanto o transporte dos próprios turistas, e implicam em maiores custos para todos, empresários de turismo, pecuaristas e os próprios turistas, por outro lado as estradas apresentam grande biodiversidade da fauna e flora que podem ser melhor observadas em uma viagem mais lenta. No entanto, é uma realidade a de que, para algumas localidades no Pantanal, o deslocamento pode ser mais caro do que a permanência nele.

Um mapa com dados espaciais sobre hospedagem para o Pantanal pode ser analisado na Figura 8.

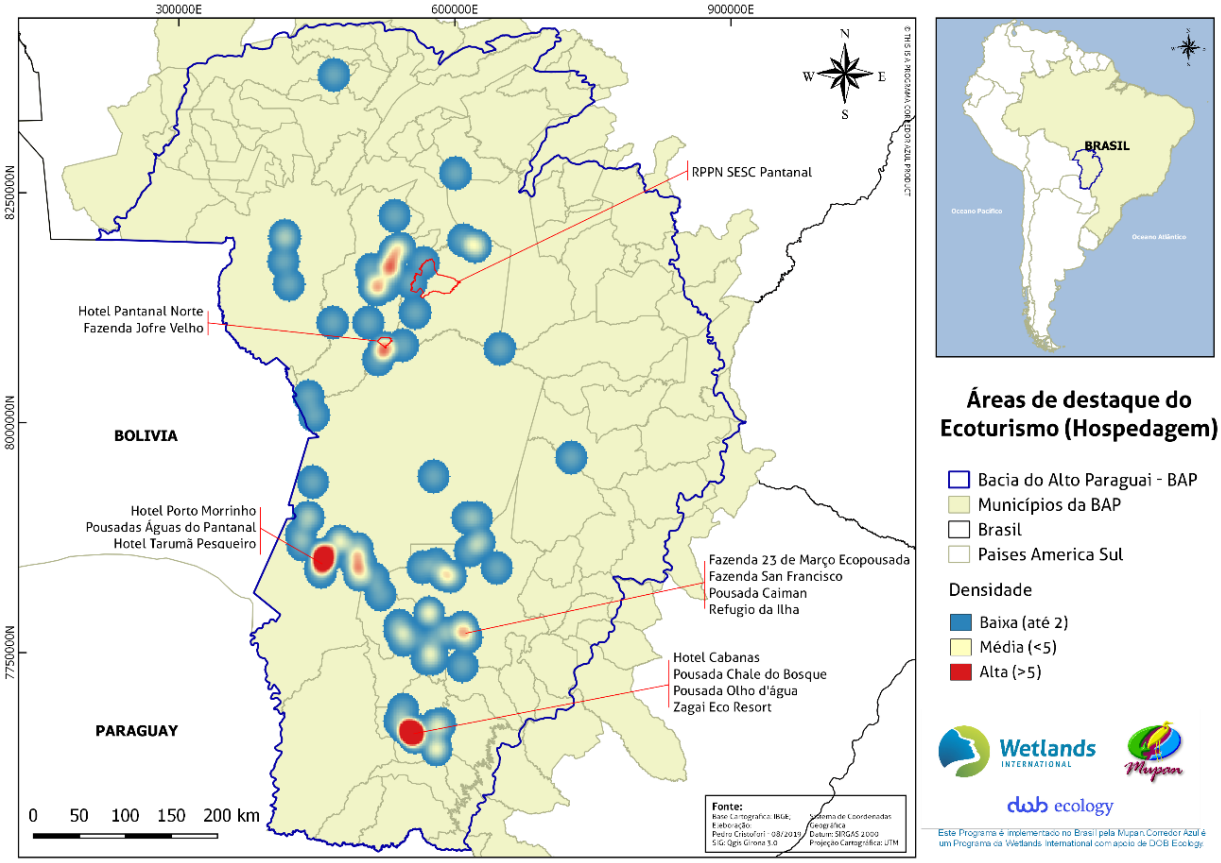


Figura 8.- Pousadas e Hotéis classificados para o Pantanal em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, porção Brasileira.

Atrativos Turísticos no Pantanal

As atrações turísticas no Pantanal envolvem diferentes tipos, como as típicas e originais pousadas pantaneiras, passeios em chalanas, atividades rurais como o dia-a-dia na fazenda, a contemplação em rios da região, observação de aves, focagem noturna, e a visita a locais especiais e únicos no Pantanal, como baías e salinas, cordilheiras e passeios a cavalo por meio de várzeas. Em regiões como Bonito, Jardim e Bodoquena, Corumbá, Aquidauana, no Mato Grosso do Sul, e Poconé, Nobres e Cáceres, no Mato Grosso, infraestruturas adaptadas para hospedagem e condução de turistas a atrativos muito organizados são desenvolvidas principalmente pela iniciativa privada, que detém propriedades devidamente licenciadas para exercícios das atividades.
A Tabela 2 (Anexo I) e a Figura 9 (abaixo) lista e indica espacialmente onde os principais atrativos turísticos encontrados no Pantanal estão localizados.

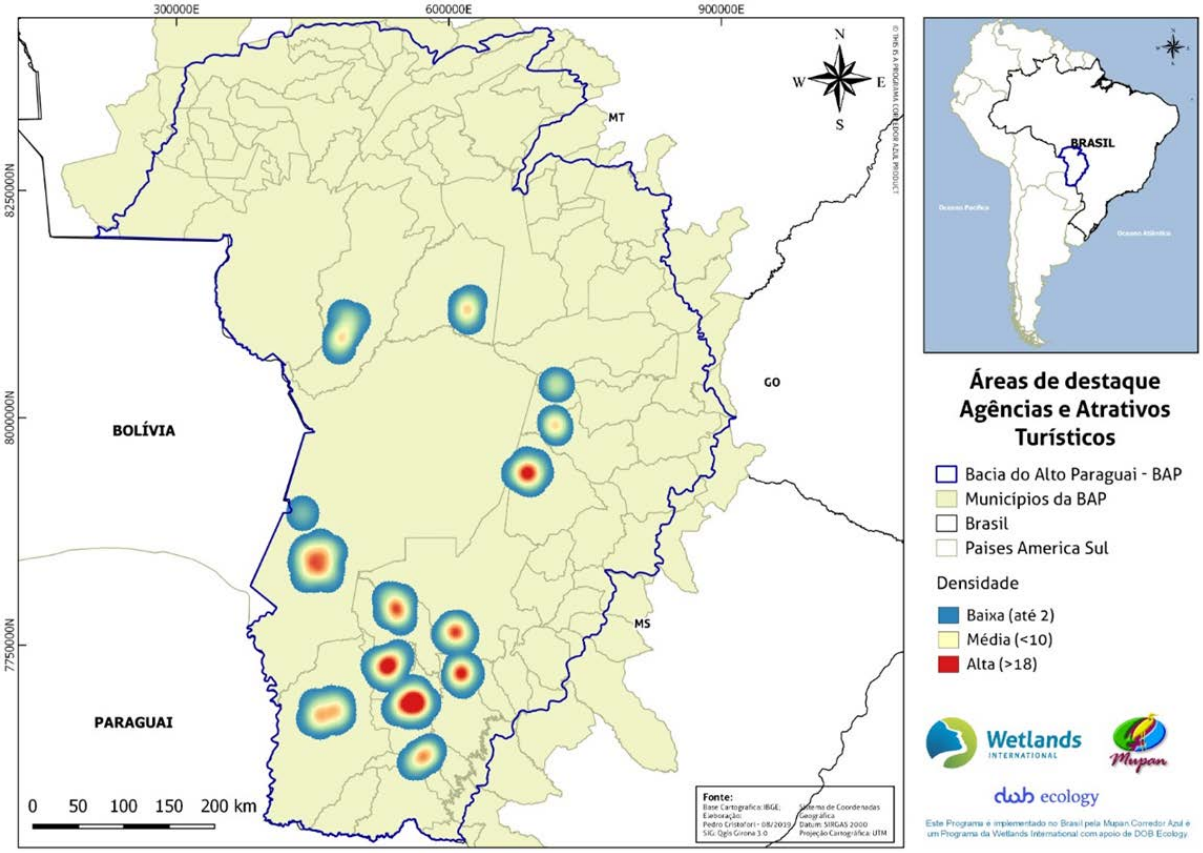


Figura 9.- Atrativos turísticos identificados para o Pantanal em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, porção Brasileira.

Os principais segmentos de turismo para a região do Pantanal:

✓ *Ecoturismo*

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. Dentre as potencialidades encontradas na região, se destaca a riqueza de espécies da fauna e flora, além de ambientes únicos como Salinas, cavernas, dolinas e rios de águas transparentes.

Reconhecido como a Maior Área Alagada do Mundo, o Pantanal foi considerado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO (2000).

O ecoturismo é o segmento voltado para a observação e apreciação de ecossistemas em seu estado natural, com sua vida selvagem e sua vegetação nativa. Há dezenas de tentativas de conceituar o termo e a atividade. A definição consagrada na literatura define ecoturismo como o segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambiental através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (Wood *et al.* 1991; Brasil 1994). Para que uma atividade possa ser classificada como ecoturismo são necessárias quatro condições:

- ✓ Respeito às comunidades locais;
- ✓ Envolvimento econômico efetivo das comunidades locais;
- ✓ Respeito ao meio ambiente;
- ✓ Interação educacional ou aumento no conhecimento cultural e ambiental do turista (SBRT 2007).

Dessa forma, o ecoturismo constitui-se em um conjunto de princípios de respeito à natureza e à cultura local e é considerado uma alternativa sustentável de utilização desses recursos, razão pela qual a ONU decidiu proclamar 2002 como o Ano Internacional do Ecoturismo.

✓ *Ecoturismo em Áreas Protegidas no Pantanal*

Muitas Unidades de Conservação e Terras Indígenas que estão dentro da região Pantaneira são utilizadas como atrativos turísticos e oferecem o contato dos visitantes com recursos bem preservados e fauna diversa (Figura 10). Tanto em Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul, as principais Reservas Naturais do Patrimônio Natural (RPPN) que tem turismo em suas áreas também associam a atividade de conservação com educação ambiental e mais recentemente o forte desenvolvimento local, estabelecendo conexões positivas com as comunidades de entorno que aprendem a utilizar essas áreas como fonte de renda. Para casos assim, mencionamos o Sesc Pantanal (https://www.sescpantanal.com.br/hotel.aspx?s=12&i=18#!p1_0), a RPPN Fazenda Rio da Prata (https://www.riodaprata.eco.br/rppn-fazenda-cabeceira-do-prata/), a RPPN Buraco das Araras (https://www.buracodasararas.com.br/), o Refúgio Ecológio Caiman (https://caiman.com.br/), entre outros. E os Parques que também vem adquirindo formas de promover o turismo em suas áreas, estando mais limitados pela pouca disponibilidade de recursos financeiros e equipe técnica para operações do porte. Exemplos são o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2082-parna-da-serra-da-bodoquena), o Parque Estadual Encontro das Águas (http://www.mt.gov.br/portlets-instanciados/-/asset_publisher/6I8fd8UOzozx/document/id/10846834?inheritRedirect=false), e o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/195-parque-nacional-do-pantanal-matogrossense).

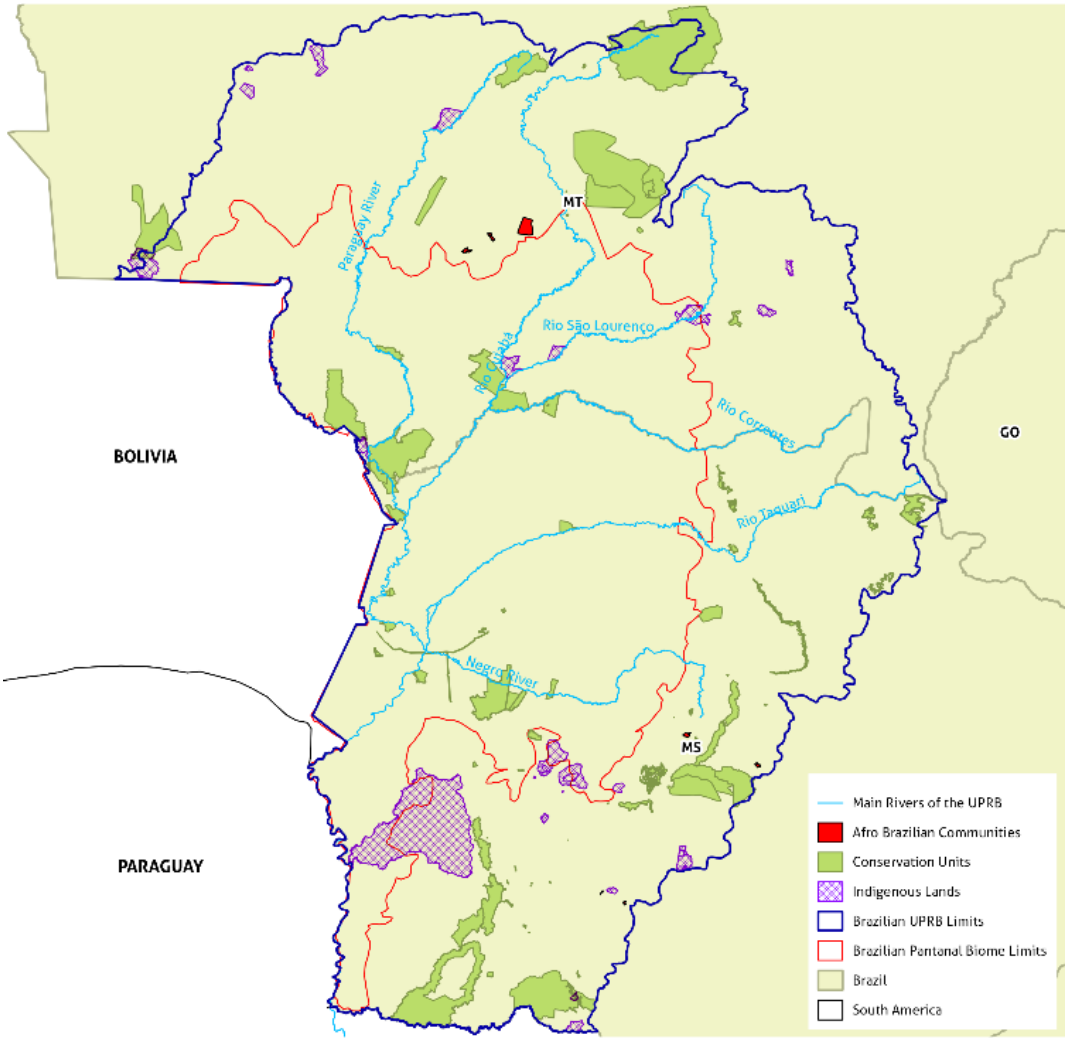


Figura 10.- As áreas protegidas (UC e TI) na Bacia do Alto Paraguai: planalto e planície.

Estradas Parque e os Sítios RAMSAR no Pantanal

Uma estrutura especial definida para as regiões do Pantanal são as Estradas Parque. Essas são uma categoria Estadual de Área Protegida, e desempenham um papel importante, pois 'ligam' entre estabelecimentos turísticos da iniciativa privada, Sítios RAMSAR e Unidades de Conservação como RPPN, Parques e outras estabelecidas pelo SNUC (2000) e a definição de Estrada Parque enquanto uma unidade de conservação com base nos conceitos de desenvolvimento sustentável, paisagem, percepção ambiental e na opinião de pesquisadores, técnicos e gestores ambientais foi desenvolvida durante a tese de doutorado de Soriano (2006). A Estrada-Parque Pantanal foi criada no intuito de conservar a biodiversidade e promover o ecoturismo no Estado.

Algumas Estradas Parque no Pantanal são:

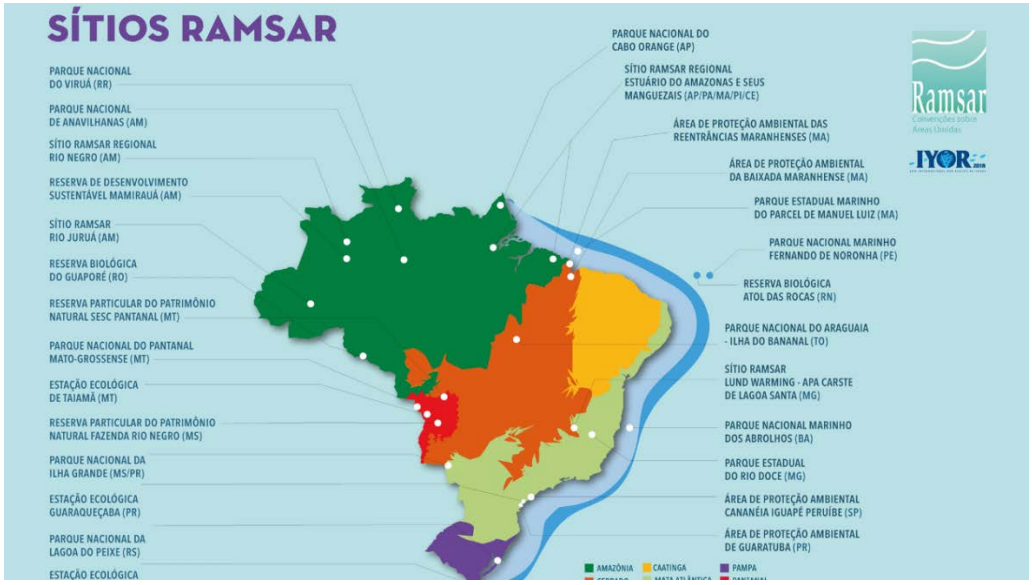
- ✓ Estrada Parque Pantanal (MS-228 e MS-184) com extensão de cerca de 120 km
- ✓ Transpantaneira MT-060 com extensão de cerca de 145 km

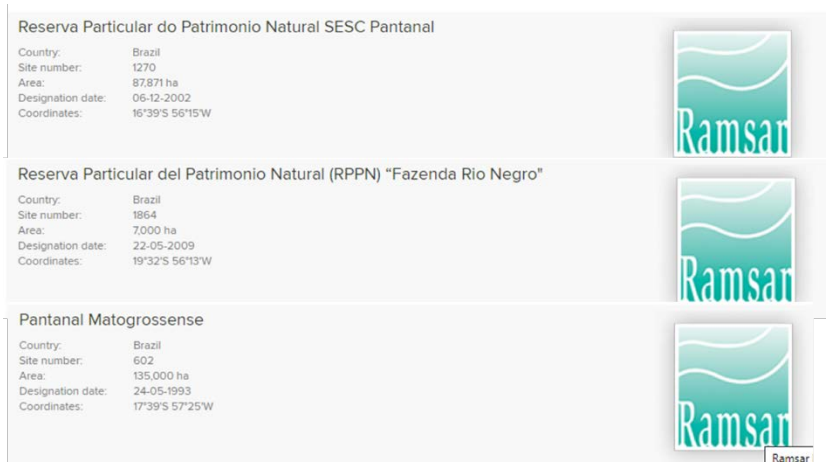
É através das Estradas Parque que se realiza o escoamento da produção pecuária de várias fazendas do Pantanal. Em determinada época do ano, quando o gado é retirado, pode-se notar o trânsito de caminhões e a travessia de comitiva, observando a habilidade dos

vaqueiros pantaneiros na condução do gado, cujas viagens podem durar algumas horas ou até dias.

Uma de suas maiores atrações é a facilidade de se observar vários elementos da fauna terrestre pantaneira, em seu habitat original. Como a Estrada Parque atravessa diferentes pantanais, com características variadas, a fauna ao longo do trajeto também é bastante e rica.

Dentre as Áreas Especiais consideradas no Pantanal, uma classe muito típica para a região são os Sítio RAMSAR. No Pantanal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, são reconhecidos três sítios RAMSAR segundo o MMA (https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/s%C3%ADtios-ramsar.html). Como benefício principal, as zonas úmidas reconhecidas como Sítios RAMSAR, tem prioridade no acesso à cooperação técnica internacional e apoio financeiro para desenvolvimento de projetos para incentivar o uso sustentável de seus recursos naturais, garantindo processos em busca de sua proteção, além de favorecer, por meio de um planejamento, modelos de desenvolvimento local que melhore a qualidade de vida das comunidades dependentes dessas áreas.





✓ *Turismo histórico-cultural*

Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e

promovendo os bens culturais materiais e imateriais. Nessa categoria podem ser encontrados Museus de História do Pantanal, Edificações Antigas, Festas e Eventos culturais e o Artesanato típico regional.

Dentre os principais produtos, o artesanato é a atividade mais expressiva para a região. Suas peças feitas com madeiras, ossos, chifres de gado, argila e resinas de plantas nativas, demonstra a criatividade e a expressão dos povos locais, principalmente povos indígenas que constroem um artesanato diversificado, cujos grafismos, cores e símbolos, demonstram a singularidade de cada uma das etnias. Essa atividade gera uma fonte de renda sustentável para a população mais carente da região.

Outro tipo de artesanato encontrado na região Pantaneira é aquele proveniente do trabalho dos ribeirinhos. Um exemplo é a iniciativa Amor Peixe (http://www.artesol.org.br/rede/membro/amor_peixe), na qual mulheres pescadoras descobriram como utilizar o couro do peixe para confecção de acessórios feitos à mão.

Ainda são mencionados como produtos típicos artesanais do Pantanal, a Viola de Coxo, as figuras humanas com traços indígenas “Bugres da Conceição” e as Biojóias feitas com matéria-prima de chifre bovino.

Artesanato Indígena Terena. Foto: Internet

Peças Kadiwéu.

Foto: Fundtur-MS

Artesanato Amor Peixe

Foto: Internet.

Mestres curureiros mostram a tradição da viola do cocho. Foto: Kleverton Velasques

Peças artesanais de Conceição dos Bugres.

Foto: Edemir Rodrigues

Biojóia elaborada a partir do chifre bovino.

Fonte: Internet

✓ *Turismo Científico*

Constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional. O envolvimento das Universidades dos estados de Mato Grosso e

Mato Grosso do Sul vem proporcionando maior número de pesquisas e ampliando o conhecimento das diferentes áreas no Pantanal, incluindo uma inserção com a sociedade dos municípios, como oferecimento de tratamentos médicos e odontológicos, até pesquisas de pós-gradução, cujas dissertações e teses abrangem áreas multidisciplinares, desde a Ecologia até as Engenharias e a Comunicação. Adicionalmente, visitas a empreendimentos como mineradoras, usinas de álcool, e frigoríficos, são facilitados pelas parcerias entre Embrapas, Projetos de Pesquisas, e Iniciativas Privadas.

Alguns projetos envolvendo a pesquisa com a fauna, por exemplo, são:

Projeto Queixadas (*Tayassu pecary)* - http://www.wcsbrazil.org/Fauna-silvestre/Queixadas.aspx

Projeto Onçafari - https://www.oncafari.org/

Projeto Panthera - https://www.panthera.org/
https://www.facebook.com/pantanaljaguarproject/

Projeto Tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) -
http://tamandua.org/2016/projetos.html

Projeto Tatu-Canastra (*Priodontes maximus*) - http://giantarmadillo.org.br/

Iniciativa nacional para a conservação da anta brasileira (*Tapirus terrestres*) -
http://www.ipe.org.br/projetos-pantanal/iniciativa-nacional-para-a-conservacao-da-anta-brasileira

Projeto Arara Azul -
http://www.projetoararaazul.org.br/arara/Home/OProjeto/tabid/53/Default.aspx

Projeto Papagaio verdadeiro - https://papagaioverdadeiro.wordpress.com/

Projeto Peixes de Bonito - http://peixesdebonito.com.br/

✓ *Etnoturismo*

Esse tipo de turismo proporciona aos viajantes conhecerem de perto a vida, os costumes e a cultura de comunidades locais, especialmente povos indígenas.

Etnoturismo é uma denominação para o segmento do turismo que trata a etnicidade como um produto turístico. Tem sido uma das atividades turísticas mais procuradas, principalmente devido à pesca esportiva e conhecimento das atividades sustentáveis tradicionais desenvolvidas pelas diferentes populações indígenas. No Pantanal, turistas nacionais e de diferentes países procuram por essas opções turísticas, principalmente ligadas à pesca.

Mato Grosso do Sul possui uma das maiores reservas indígenas do País, o território indígena Kadiwéu, localizado em Porto Murtinho, com limites nos municípios de Bonito e Bodoquena. A etcnia Terena é a maior, com mais de 18 mil índios ocupando diferentes regiões no estado. Os terenas se destacam como agricultores e bons artesãos e no mercado municipal de Campo Grande é possível encontrar grande parte dos produtos.

As Nações indígenas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Ofayé Xavante – Donos de um território que ia do rio Sucuriú até as nascentes dos rios Vacarias e Ivinhema, com mais de cinco mil índios, a nação Ofaié Xavante se resume hoje a 50 pessoas, em uma reserva no município de Brasilândia.

Kadiwéu – Durante centenas de anos dominaram uma extensão do rio Paraguai e São Lourenço, enfrentando os portugueses e espanhóis que se aventuravam pelo Pantanal. Habitam os aterros próximos às baías Uberaba, Gaiva e Mandioré.

Guató – Os Guató, conhecidos como uma grande nação de canoeiros, conseguiram recuperar nos últimos anos uma pequena parte de seu território com a demarcação da Ilha Insua ou Bela Vista. Agora tentam resgatar sua cultura.

Guarani – Remanescentes dos ervais da fronteira com o Paraguai e com uma área superior a dois milhões de hectares, a nação Guarani, do tronco Tupi, tem sua população dividida em 22 pequenas áreas em 16 municípios no

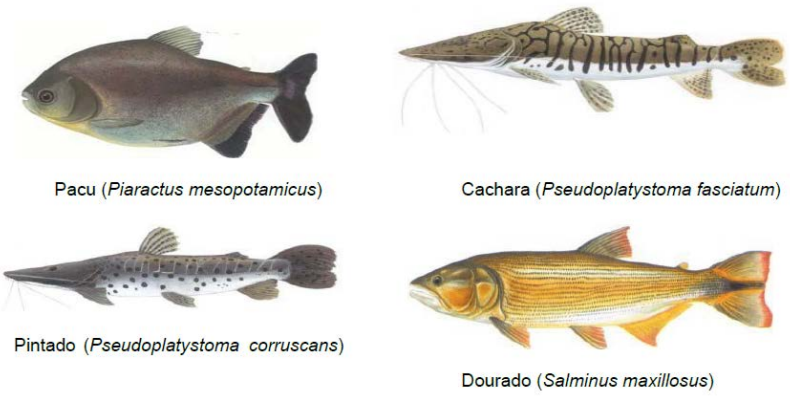
Kaiowá – Eles vivem na região sul do Estado e no passado eram milhares ocupando 40% do território de Mato Grosso do Sul. Pertencem ao tronco lingüístico Tupi e é um dos únicos grupos indígenas que tem noção de seu território.

Terena – Agricultores, os Terena estão concentradas na região noroeste de MS. Pertencem ao tronco linguístico Aruak. Foram os últimos a entrar na Guerra do Paraguai e pode ser este o motivo de não terem sido totalmente dizimados.

- ✓ *Turismo de Pesca Esportiva*

Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora ou 'Pesca esportiva no Pantanal', concentradas principalmente no Rio Paraguai e seus afluentes. Essa é a atividade turística com maior concentração de visitantes para a planície pantaneira e, que, devido à procura em grande quantidade, levou vários municípios a se organizarem e adaptarem suas áreas e estabelecimentos, oferecendo melhores condições de hospedagem, alimentação e transporte. Em adição às condições básicas oferecidas, também surgiram os serviços especializados para o pescador esportivo, como materiais de pesca, guias e piloteiros capacitados, vendedores de iscas-vivas (isqueiros), gelo, dentre outros.

A pesca no Pantanal é anualmente proibida por três a quatro meses (novembro a janeiro ou fevereiro) por causa da piracema (época de reprodução dos peixes). Como a atividade promove grande montante econômico regional, é necessário que os recursos pesqueiros sejam melhor administrados como parte de um ecossistema maior, antes do que como um recurso renovável para a pesca esportiva, deixando de considerar esta indústria como distinta da natureza mais geral da indústria do turismo na região. Para solucionar os atuais desafios, o setor, mais que incentivos, precisa de um planejamento criterioso, envolvendo parcerias entre a iniciativa privada e o poder público, que considere a capacidade de suporte do ambiente, as especificidades sociais das populações locais e os requerimentos de mercado (adequação da infra-estrutura, treinamento de pessoal, etc.) (Moraes e Seidl 1998; Catella 2006).



Exemplo de espécies de peixes encontrados no Pantanal.

✓ *Turismo de Aventura*

Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. Nesse tipo estão incluídas as atividades de focagem noturna de animais, birdwatching (observação de aves), bike, trekking, acampamentos, cavalgadas, trilhas, pesca esportiva, culinária pantaneira, etc. Dentre algumas atividades incentivadas para a região, a corrida com obstáculos (http://ecopantanalextremo.com.br/corrida-de-trilha-2/) tem sido uma das novidades, bem como encontros de motociclistas, jipeiros e Rallys, tem atraído muitos participantes para pousadas pantaneiras, Estradas Parque, e áreas de morros, como no município de Corumbá-MS, por exemplo.

✓ *Turismo de Negócios*

Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social. Nessa categoria estão incluídos Festivais e Festas populares, exposições agropecuárias, dias de campo e clubes de laço, entre outras.

Mais recentemente surgiu a alternativa para o desenvolvimento sustentável, o Econegócio (*ecobusiness* em inglês). A partir da década de 80 o segmento de 'negócios verdes' ganhou espaço e proporcionou a inserção de produtos e serviços que conquistaram muitas empresas. À partir do final da década de 90 houve uma maior conscientização ecológica por parte de diversas sociedades pelo mundo, com representação expressiva devido às soluções para problemas ambientais.

A partir de então, diversos países se posicionaram para reforçar a tomada de medidas com mais realidade, criando alternativas que permitiram seu desenvolvimento sustentável. Esse foi um passo importante inserindo empresas privadas para representarem soluções para problemas ambientais, como a gestão de resíduos sólidos, a reciclagem, a gestão e tratamento da água e efluentes, a descontaminação do solo, etc.

No Pantanal, diversas iniciativas são casos de sucesso para o turismo de negócios, havendo diferentes comemorações que atraem cada vez mais, uma parcela de turistas que apresentam seus produtos e serviços e, com isso, fortalecem o desenvolvimento local, estendendo-se ao regional e até nacional.

Fonte: Internet: http://www.festivalamericadosulpantanal.ms.gov.br/

✓ *Turismo rural e de base comunitária*

Nessa categoria são propostas atividades alternativas e/ou complementares de geração de renda para os produtores rurais do Pantanal, com as demais características sendo compartilhadas pelos dois tipos de turismo. Por exemplo, o ecoturismo requer, além da promoção do bem-estar social e econômico local (geração de emprego e renda), o uso sustentável do patrimônio natural e a integração das comunidades no processo, com respeito e valorização da sua cultura.

As estratégias de desenvolvimento que têm surgido nas últimas décadas envolvem inovações nas dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais e têm sido rotuladas de "estratégias de desenvolvimento local", privilegiando a iniciativa local, a empresa e também uma economia de serviços diversos. Algumas dessas inovações sociais estão associadas ao turismo de pequena e média dimensões gerido de modo autônomo pelas próprias comunidades, as quais buscam superar entraves internos através da busca de meios horizontais e verticais de parcerias e de cooperação, exigindo novas formas de interpretação de si mesmas.

Estas estratégias inovadoras têm sido apresentadas como formas importantes de desenvolvimento, em oposição ao turismo convencional. Trata-se de uma modalidade de turismo denominada de "turismo de base comunitária". Nesse tipo, o protagonismo dos atores locais (representados principalmente pelas populações rurais tradicionais) e a cooperação tornam-se elementos essenciais, assim como a distribuição equitativa dos benefícios gerados pelas atividades turísticas e pelo respectivo empoderamento destas comunidades.

Fonte: Cid Nogueira/Divulgação/Governo de MS - internet

4. ANEXO I

Tabelas das atividades econômicas sustentáveis/econegócios identificadas para a região do pantanal (até outubro de 2019)

Tabela 1.- Estabelecimentos para hospedagens em diversificados níveis especializados para a região pantaneira. 2019.

Municípios	Nome Pousada/ Hotel	Site
Anastácio		
1	Fênix Plaza Hotel	http://www.fenixplaza.com.br
2	Aruanã Hotel Pousada e Peixaria	www.facebook.com/hotelaruana/
Aquidauana		
1	Fazenda Aguapé	http://pousadaaguape.com.br/
2	Fazenda Barranco Alto	http://pt-br.fazendabarrancoalto.com
3	Hotel Fazenda Baía das Pedras	http://www.baiadaspedras.com.br/home baiadaspedras@baiadaspedras.com.br
4	Hotel Recanto Barra Mansa	http://www.hotelbarramansa.com.br/ info@hotelbarramansa.com.br
5	Fazenda 23 de Março Ecoturismo	http://www.fazenda23demarco.com.br/ contato@fazenda23demarco.com.br
6	Pousada Pequi	https://www.pousadapequi.com.br/ pousadapequi@yahoo.com.br
7	Fazenda Santa Cruz	atendimento@fazendasantacruz.tur.br
Bodoquena		
1	Recanto Vó Anita	
2	Cachoeiras Serra da Bodoquena	reservas@cachoeiraserradabodoquena.com.br
3	Balneário Betione	bbetione@hotmail.com

4	Recanto 3LLL's	ln.santos1953@uol.com.br
5	Casa de Campo Charme da Serra da Bodoquena	http://www.charmeserradabodoquena.com.br/
6	Refúgio Canaã	
7	Balneário Aguas de Bodoquena	https://balneario-aguas-de-bodoquena.negocio.site/?fbclid=IwAR2MeJNwJvt8HJXwk0S76z2feMn0L71dhdYe_3A_P7yRwaneIFeNmzmvLW0
8	Balneário Por do Sol	https://balneario-por-do-sol.negocio.site/#summary
9	Balenário Encantos dos Ipês	https://www.facebook.com/Recanto-Dos-Ip%C3%AAs-438500459826662/
10	Chácara Amarabel	
11	Sítio de Lazer Vale do Paraíso	http://www.valedoparaiso.com.br/
Bonito		
1	Bonito Hi Hostel	www.ajbonito.com.br
2	Camping Nomadas	campingnomadas.wordpress.com
3	Candeias Pousada Guarany	www.candeias.com.br
4	Chalé do Bosque	www.chaledobosque.com.br
5	Hotel Arizona	www.hotelpousadaarizona.com.br
6	Hotel Cabanas	www.hotelcabanas.com.br
7	Hotel Paraíso das Águas	www.paguas.com.br
8	Hotel Pira Miúna	www.piramiuna.com.br
9	Hotel Pousada Arauna	www.hotelarauna.com.br
10	Hotel Pousada Águas de Bonito	www.aguasdebonito.com.br
11	Hotel Pousada Bonsai	www.hotelbonsai.com.br
12	Hotel Pousada Villa Verde	www.pousadavillaverde.com.br
13	Hotel Praia Parque	www.hotelpraiaparque.com.br
14	Hotel Refúgio	www.hotelrefugio.com.br
15	Hotel Santa Esmeralda	www.hotelsantaesmeralda.com.br
16	Lucca Hotel Pousada	www.aguazulpousada.com.br
17	Marruá Hotel	www.marruahotel.com.br
18	Pousada Céu das Estrelas	www.pousadaceudeestrelas.com.br

19	Pousada Chamamé	www.pousadachamame.com.br
20	Pousada Di Luna	www.pousadadiluna.com.br
21	Pousada do Peralta	www.pousadadoperalta.com.br
22	Pousada Galeria Artes	www.pousadagaleriaartes.com.br
23	Pousada Moinho de Vento	www.pousadamoinhodevento.com.br
24	Pousada Mota	www.pousadamota.com.br
25	Pousada Olho d'Água	www.pousadaolhodagua.com.br
26	Pousada Rancho Jarinu	www.pousadaranchojarinu.com.br
27	Pousada Remanso	www.pousadaremanso.com.br
28	Pousada São Jorge	www.pousadasaojorge.com.br
29	Pousada Segredo	www.pousadasegredo.com.br
30	Pousada Sucuri	www.pousadasucuri.com.br
31	Pousada Surucuá	www.pousadasurucua.com.br
32	Tapera Hotel	www.taperahotel.com.br
33	Wetiga Hotel	www.wetigahotel.com.br
34	Zagaia Eco Resort	www.zagaia.com.br
Corumbá		
1	Pousada Mangabal	
2	Pantanal Jungle Lodge	
3	Pantanal Park Hotel	
4	Passo do Lontra Parque Hotel	
5	Pousada e Camping Santa Clara	www.pantanalsantaclara.com.br
6	Pousada São João	
Coxim		
1	Hotel Coxim	
2	Hotel Pescatur	https://hotelpescatur.negocio.site/
3	Hotel Pé de Cedro	hotel-pe-de-cedro.negocio.site
Miranda		
1	Fazenda Baía Grande	fazendabaiagrande@hotmail.com
2	Refúgio da Ilha	

3	Fazenda San Agro Ecoturismo	reservas@fazendasanfrancisco.tur.br
4	Fazenda Santa Inês	
5	Pousada Nativos	www.pousadanativosms.com.br
Jardim		
1	Estancia Hotel	www.estanciahotelms.com.br
2	Vitória Hotel	vitoriahotelms.com.br
Ladário		
1	Hotel Pesqueiro Anzol de Ouro	www.hotelpesqueiroanzoldeouro.com.br
Porto Murtinho		
1	Barco-Hotel Xaraiés I	www.xaraies.com.br
2	Barco-Hotel Xaraiés II	www.xaraies.com.br
3	Barco-Hotel Calypso	www.barcohotelcalypso.com.br
4	Barco-Hotel Sereia do Pantanal	www.sereiadopantanal.com.br
5	Barco-Hotel Gold fish	
6	Barco-Hotel O pescador	
7	Barco-Hotel Millenium	www.fenixtur.com.br
8	Barco-Hotel Pacific-Tur	www.barcohotelpacifictour.com
9	Barco-Hotel Rejane	
10	Barco-Hotel Tupasy	www.pantanalturpesca.com.br
11	Barco-Hotel Sonhos do patnanal	
12	Barco-Hotel Hannah	
13	Barco-Hotel El Paraíso	www.pescasemfronteiras.com.br
14	Barco-Hotel Tupasy III	www.barcohoteltupasy.com.br
15	Hotel dos Camalotes	
16	Hotel Saladero Cuê	http://www.saladerocue.com.br/
17	Pousada Foz do Rio Apa	http://pousadafozdorioapa.com.br/
18	Pousada Sete Dias à Toa	www.7diasatoa.com.br
Rio Verde de MT		
1	Pousada Quedas D'Agua Sete	https://www.facebook.com/profile.php?id=100015344133214

	Quedas	
2	Serra Verde Hotel	www.serraverdehotel.com
3	Fazenda Igrejinha - EcoTurismo e Aventura	
4	Pousada Rancho da Princesa	
5	Balneário do Meca	
6	Sitio Passarim - Ecoturismo e Bio-Construções	www.instagram.com/passarimsitio
Sonora		
1	Pousada Araras	www.pousadaararassonora.com.br/
2	Pousada do Tucunaré	http://www.pousadadotucunarems.com.br
Poconé		
1	Pousada Pantanal Jaguar Camp	https://www.pantanaljaguarcamp.com.br/copia-portugues
2	Hotel Sesc Porto Cercado	https://www.sescpantanal.com.br/hotel.aspx?s=8&i=12#!p1_0
Barão de Melgaço		
1	Pousada Porto da Fazenda	http://www.pousadaportodafazenda.com.br/portal/
2	Reserva do Pantanal	http://www.reservadopantanal.com.br
3	Pousada da Mutum	https://www.pousadamutum.com.br

Tabela 2.- Atrativos turísticos especializados na região da BAP, porção Brasileira.

Municípios	Nome	Site / email
Anastácio	Museu Aberto Retirada da Laguna	
	Unidade Conservação Monumento Natural da Morraria de Anastácio	
	Casario (Casa Cândia, Casarão da Família Anastácio)	
	Cachoeira São Manuel	
	Morro Azul	
	Pesqueiro 110	http://www.pesqueiro110.com.br
Aquidauana	Ruínas da extinta cidadela de Santiago de Xerez	prefeito@aquidauana.ms.gov.br
	Mercadão Municipal	
	Museu de Arte Pantaneira	
	Casa do Artesão	casa.artesao.aquidauana@gmail.com
	BIBLIOTECA MUNICIPAL	
	Estação Ferroviária de Aquidauana	
	Feirinha indígena	
	Museu Marechal José Machado Lopes	s5_9bec@hotmail.com
Bodoquena	Balneário Águas de Bodoquena	aguasbodoquena@hotmail.com
	Balneário Betione	bbetione@hotmail.com
	Balneário Pôr do Sol	pordosol.bodoquena@hotmail.com
	Boca da Onça Ecotour	www.bocadaonca.com.br
	Cabeceira do Betione	cabeceiradobetione@hotmail.com
	Cachoeiras Serra da Bodoquena	
	Córrego Azul	contato@corregoazulbodoquena.com.br
	Mirante de Morraria do Sul	
	Pesqueiro Chapena	
	Recanto 3ELLL's	ln.santos1953@uol.com.br
	Refúgio Ecológico Canaã	
	Sítio Vale do Paraíso	valedoparaiso.com.br contato@valedoparaiso.com.br
Bonito	Abismo Anhumas	www.abismoanhumas.com.br
	Balneário Ecológico do Sol	www.balneariodosol.tur.br
	Barra do Sucuri	www.sucuri.com.br
	Boia Cross do Hotel Cabanas	www.hotelcabanas.com.br
	Bonito Aventura	www.bonitoaventura.com.br
	Ceita Corê	www.ceitacoreecoturismo.com.br
	Eco Park Porto da Ilha	www.facebook.com/portodailhams
	Estância Mimosa Ecoturismo	www.estanciamimosa.com.br
	Grutas de São Miguel	www.grutasdesaomiguel.com.br
	Nascente Azul	www.nascenteazul.com.br
	Parque das Cachoeiras	www.parquecachoeiras.com.br
	Parque Ecológico Rio Formoso	www.parquerioformoso.com.br
	Praia da Figueira	www.praiadafigueira.com.br
	Projeto Jiboia	www.projetojiboia.com.br
	Recanto Ecológico Araraúna	www.refugioecologicoararauna.com.br
	Taboa Fabrica de Encantos	www.taboa.com.br
	Ybirá Pe	www.sitioybirape.com.br

	Ygarapé Passeios	www.ygarape.com.br
Corumbá	Casario do Porto	https://goo.gl/maps/gcCCE
	Museu de História do Pantanal	
	Banho de São João	
	Morro São Felipe	
	Artizu	
	Escadinha da Quinze	
	Forte Junqueira	
	ILA – Instituto Luiz de Albuquerque	
	Ladeira Cunha e Cruz	
	Praça da Independência	
	Igreja Nossa Senhora da Candelária	
	Santuário Nossa Senhora Auxiliadora	
	Casa do Artesão	
	Casa do Massa Barro	
	Muhpan (Museu da História do Pantanal)	
	Forte Coimbra	
	Capela Nossa Senhora do Carmo	
Coxim	Rio Taquari	
	Rio Coxim	
	Rio Jauru	
	Rio Piqueri	
Miranda	Rio Miranda	
	Marco Histórico da Guerra do Paraguai	
	Casa Colonial	
	Usina de Açúcar Santo Antônio	
	Centro Referencial da Cultura Terena	
	Antiga Prefeitura	
	Estação Ferroviária	
	Igreja Matriz	
	Prefeitura	
Jardim	Buraco das Araras	www.buracodasararas.tur.br
	Recanto Ecológico Rio da Prata	www.riodaprata.com.br
	Lagoa Miteriosa	
	Balneario Municipal (reinaugurado como Jardim Ecopark)	reservas@h2oecoturismo.com.br
	Balneário Jardim Ecopark	
	Balneário do Seu Assis	
	Monumentos Histórico dos Heróis	
Ladário	Comando da Flotilha de Mato Grosso	
Porto Murtinho	Morro Pão de Açúcar	
	Fecho dos Morros	
	Morro Celina	
	Fazenda Barranco Branco	
	Cachoeira do APA	
	Cachoeiras do Rio Aquidaban	
	Castelinho	
	Edifício jorge abrão	

	Escola nossa senhora imaculada conceição	
	Trenzinho ou Locomotiva	
	Cine-teatro murtinhense ney machado mesquita	
	Chaminé florestal brasileira	
Rio Verde de MT	Balneário e Pousadas 7 Quedas	www.7quedasdodidi.com.br
	Balneário do Meca	
	Balneário Acqua Parque	
	Fazenda Igrejinha	www.fazendaigrejinha.com
	Fazenda Várzea Alegre	
	Passeio de Duck	
	Passeio de Acqua Ride	www.rodeiotouradventure.com
	Pousada Paraíso	www.pousadaparaisorv.com.br
	Pousada Rancho da Princesa	www.ranchodaprincesa.com.br
	Indústrias Cerâmicas e Artesanato de Argila	contato@artesanatofigueira.com.br
Sonora	Monumento Natural Municipal da Serra do Pantanal	
	Parque Estadual da Serra de Sonora	
Poconé	Transpantaneria	
	Rio Bento Gomes	
	Rio Pixaim	
	Rio São Lourenço e Rio Cuiabá	
	Estância ecológica Sesc Pantanal	
	Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense	
	Casa do Pantaneiro Dito Verde	
Barão de Melgaço	Safári fotográfico	
	Focagem noturna	
	Passeios de barco	
	Passeios cavalo (ou o dia de peão)	
	Pesca	

5. REFERÊNCIAS

Abreu U. G. P.; Mcmanus, C.; Santos, A. S. 2010. Cattle ranching, conservation and transhumance in Brazilian Pantanal. Pastoralism: Research, Policy and Practice, n.1, p. 99-114.

Allan, J.R., Watson, J.E.M., Di Marco, M., O'Bryan, C.J., Possingham, H.P., Atkinson, S.C., & Venter O. 2019. Hotspots of human impact on threatened terrestrial vertebrates. PloS Biol 17(3): e3000158. https://doi.org/10.1371/journal.pbio.2000158

Almeida, F.O. 2002. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier.

Almeida, F.O. 2007 Os desafios da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier.

Andrade, R.O.B., Tachizawa, T. & Carvalho, A.B. 2000. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: MAKRON Books.

Barnosky, A.D., Matzke, N., Tommiya, S., Wogan, G.O.U., Swartz, B., Quental, T.B., Marshall, C., McGuire, J.L., Lindsey, E., Maguire, K.C., Mersey, B., & Ferrer, E.A. 2011. Has the Earth's sixth mass extinction already arrived? Nature vol.471: 51-57. Doi: 10.1038/nature09678

Braga, Cláudia Oliveira da Silva. 2014. Protocolo verde: as instituições financeiras e a promoção da sustentabilidade ambiental no Brasil. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). UFPE, Recife: 168 folhas.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Alimentos regionais brasileiros/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde. 484 p. ISBN 978-85-334-2145-5

Brasil. 2009. Ministério do Turismo, Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Turismo e Sustentabilidade. Brasília: MTur.

Brundtland, G.H. 1991. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, Editora de Fundação Getúlio Vargas.

SCPESCA/MS 23-2016. 2017. Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul [recurso eletrônico] / Catella AC, Campos FLR e Albuquerque SP. Dados eletrônicos. Corumbá: Pantanal; Campo Grande, MS: SEMAGRO: IMASUL. 61p. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa Pantanal, ISSN: 1981-7215; 133). Modo de acesso: <https://www.embrapa.br/pantanal/publicações>

Chapin III, F.S., Sala, O.E., Burke, I.C., Grime, J.P., Hooper, D.U., Lauenroth, W.K., Lombard, A., Mooney, H.A., Mosier, A.R., Naeem, S., Pacala, S.W., Roy J., Steffen WL, and Tilman D. 1998. Ecosystem consequences of changing biodiversity. BioScince Vol. 48. No.1: 45-52.

Colares ACV. & Mattar P. 2016. Produtos verdes: análise das características potencialmente influenciadoras dos consumidores sustentáveis. Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade REUNIR: v.6, n.1., p.37-55. ISSN: 2237-3667

Coradin L, Siminski A. & Reis A. 2011. Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro – Região Sul. Lidio Coradin; Alexandre Siminski; Ademir Reis (eds). Brasília: MMA. 934 p.

Dornelas M, Gotelli NJ, Shimadzu H, Moyes F, Magurran AE, McGill BJ. 2019. A balance of winners and losers in the Anthropocene. Ecology Letters, doi: 10.1111/ele.13242

Gomes, M.V.P. 2014. Econegócios: como as grandes marcas capturam a agenda da sustentabilidade. Resenha: São Paulo, v.54, n.1, p86-88. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020140109

Hamza, K.M. & Dalmarco, D.de A.S. 2012. As certificações sustentáveis e sua relevância para o consumo consciente e os negócios. Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade REUNIR: vol.2., n.2, p.1-20. ISSN: 2237-3667

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2004. Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente. 2ª edição, Rio de Janeiro, 332 p.

Meadows, D.H. et. al. 1972. The limits of Growth. New York: Universe Books.

Milan, G.S., Gasparetto, J.B., Lima, V.Z. & Eberle, L. 2018. Consciência ecológica, atitudes dos consumidores da geração Y e sua inteção de compra em relação a produtos sustentáveis. Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.11. n.1, p.3-27. DOI: 10.19177/reen.v11e120183-27

Michaud, C., Llerena, D. 2011. Green Consumer Behaviour: an Experimental Analysis of Willingness to Pay for Remanufactured Products. Business Strategy and the Environment, 20, p. 408-420, 2011.

Mittermeier, Russell & R. Turner, Will & Larsen, Frank & Brooks, Thomas & Gascon, Claude. (2011). Global Biodiversity Conservation: The Critical Role of Hotspots. 10.1007/978-3-642-20992-5_1.

MMA - Biodiversidade. Acessado em https://www.mma.gov.br/biodiversidade/ em 04/07/2019.

Pereira, P.A.S.A Agenda 21. 2000. *In*: Pereira, P.A.S. Rios, redes e regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres. Porto Alegre: AGE.

Pereira, A.M. & Lima, D.A.L.L. 2008. Os impactos ambientais e as oportunidades de negócios: estudos de casos. IV Encontro Nacional das Anppas, Brasília – DF.

Pires, M.O., 2003. A perspectiva do desenvolvimento sustentável. *In:* Little, P.E. (organizador). Políticas ambientais no Brasil: analyses, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis, Brasília, DF. IIEB, cap. 14, p.375-384.

Rezende CL e Farina EMMQ. 2001. Assimetria informacional no mercado de alimentos orgânicos. *In:* Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional, 2. Campinas. Anais... Campinas: Unicamp/IE, 2001. Disponível em: <http://www.fia.com.br/pensa.home.htm>

Sachs, I. 1993. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

Sachs, I. 2002. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond.

Sachs I. 2004. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond.

Short & Blair, 1986; AB'SABER, 1988; ASSINE, 2005; IRION et al., 2011

Souza Júnior, J.O. 2018. Cacau cultivo, pesquisa e inovação. José Olimpio de Souza Júnior (org.) Ilhéus, BA: Editus, 558p.

Tódero, M., Macke, J. & Biasuz, T.S. 2011. O consumo consciente e sua relação com as ações de responsabilidade social empresarial. Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 158-175, jan./abr., 2011.

Trevisan, D.P. & Moschini, L.E. 2018. Evolução do Mercado de cana-de-açúcar. Revista de Ciências Agroambientais, v.16, n.2., DOI: 10.5327/Z1677-606220192515

Veiga, J.E. 2005. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond.

Venter O, Sanderson EW, Magrach A, Allan JR, Beher J, Jones KR, *et al.* 2016. Sixteen years of change inthe global terrestrial human footprint and implications for biodiversity conservation. Nature Communications. 7:12558. https://doi.org/10.1038/ncomms12558 PMID: 27552116

Wilson, E.O. 1982. The Diversity of Life, Harvard University Press, Cambridge.

Young, C.E.F. 2007. Sustentabilidade e competitividade: o papel das empresas. Revista de Economia Mackenzie, Vol.5(5): 87-101.

Young CEF & Bakker LB. 2014. Payments for ecosystem services from watershed protection: a methodological assemssment of the Oasis Project in Brazil. Nat. Conservação 12(1): 71-78. Doi: 10.4322/natcon.2014.013

Zatz, L. & Veiga, J.E. 2008. Desenvolvimento Sustentável: Que Bicho É Esse?

Lista de Siglas

ANA – Agência Nacional de Águas

APA – Área de Preservação Ambiental

BAP – Bacia do Alto Paraguai

Ceca – Conselho Estadual de Controle Ambiental

Cehidro – Conselho Estadual de Recursos

CERs – Comissões Executivas Regionais

CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Cidema – Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa

CIBHAP-P – Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai – Pantanal

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Cobramab – Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera”

Cointa – Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari

Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente

Conpesca/MS – Conselho Estadual de Pesca de Mato Grosso do Sul

Consema – Conselho Estadual do Meio Ambiente

Coredes – Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável

CPAP–Embrapa – Centro de Pesquisas Agropecuárias do Pantanal – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

CT – Câmara Técnica

CTGRHT – Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços

DAB – Diagnóstico Analítico da Bacia do Alto Paraguai

DBR – Documento Base de Referência do PNRH

DGCRH – Dirección General de Cuencas y Recursos Hidricos

Dinac – Dirección Nacional de Aeronautica Civil

Ecoplan – Ecoplan Engenharia Ltda

Edibap – Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai

GEF – Fundo para o Meio Ambiente Mundial

GTCE/PNRH – Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do PNRH

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Imap – Instituto de Meio Ambiente Pantanal

IPH – Instituto de Pesquisas Hidráulicas

IQA – Índice de Qualidade Ambiental

ISARM – International Shared Aquifer Resource Management

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

NSF – National Sanitation Foundation

OD – Oxigênio Dissolvido

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG – Organização Não-Governamental

PAE – Plano Ambiental Estratégico

PCBAP – Plano de Conservação para a Bacia do Alto Paraguai

PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente

PNRH – Plano Nacional de Recursos Hídricos

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SCPESCA/MS – Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul

Sema-MS – Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Mato Grosso do Sul

Sema-MT – Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Mato Grosso

Semades – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Siapreh – Sistema de Acompanhamento e Avaliacão da Implementação da Política de Recursos Hídricos no Brasil

SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SRH/MMA – Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente

UFTM – Universidade Federal de Mato Grosso

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

VRNMA – Viceministerio de Recursos Naturales y Medio Ambiente

WWF – World Wildlife Fund

Unesco – Programa das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Lista dos Órgãos por Estados no Pantanal

Mato Grosso do Sul

AGRAER-MS - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

IAGRO-MS - Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal

CBH-MS - Comitê de Bacia Hidrográfica

CONDEL/FCO-MS - Conselho Delib. do Fundo Const. de Finan. do Centro-Oeste

CEA-MS - Conselho Estadual de Agrotóxicos de Mato Grosso do Sul

CECA-MS - Conselho Estadual de Controle Ambiental

CEE-MS - Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul

CERH-MS - Conselho Estadual de Recursos Hídricos

IMAP/IMASUL-MS - Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul

PROPPP-MS - Programa de Parceria Público privada do Estado de Mato Grosso do Sul

SEMAC-MS - Sec. de Est. de Meio Ambiente, das Cidades, do Plan., da Ciência e Tec. do Mato Grosso do Sul

SDAPICT-MS - Sec. de Estado de Desen. Agrário, da Prod., da Ind., do Com. e do Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul

SEMADS-MS - Sec. de Estado de Meio Ambiente e Desenv. Sustentável do Mato Grosso do Sul

SEPROTUR-MS - Secretaria de Estado de Desenv. Agrário, da Produção, da Ind., do Com. e do Turismo

SEFAZ-MS - Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul

SEMAGRO-MS - Secretaria de Estado de Meio Amb., Desen. Econ., Prod. e Agric. Familiar do Mato Grosso do Sul

SEMADE-MS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico do Mato Grosso do Sul

SEMA-MS - Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Mato Grosso

AGER-MT - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso

CTF-MT - Câmara Técnica Florestal do Estado do Mato Grosso

CDA-MT - Conselho de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso

CEDRS-MT - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CEPESCA-MT - Conselho Estadual de Pesca

CEHIDRO-MT - Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso

CONSEMA-MT - Conselho Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso

FEMA-MT - Fundação Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso

INDEA-MT - Instituto de Defesa Agropec. do Estado de Mato Grosso

ITERMAT-MT - Instituto de Terras do Estado de Mato Grasso

SEDRAF/SEDER-MT - Secretaria de Estado de Desenv. Rural e Agricultura Familiar de Mato Grosso

SEPLAN-MT - Secretaria de Estado de Planej. e Coord. Geral de Mato Grosso

SEMA-MT - Secretaria Especial do Meio Ambiente do Mato Grosso

SEAF-MT - Secretário de Estado de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária

6. ESTUDOS DE CASO

Nos últimos 30 anos, o desenvolvimento da região Pantaneira vem acontecendo de modo progressivo e alcançando diferentes práticas do turismo, cujos inúmeros estabelecimentos se fortalecem localmente e promovem o surgimento de novas opções para áreas antes vistas somente para o desenvolvimento do agronegócio.

Embora a região venha progredindo a passos limitados devido às condições próprias do Pantanal, como os ciclos das cheias, a falta de infraestrutura e a extensão de suas áreas, o ecoturismo se fortalece exatamente devido à tais fatores e muitas iniciativas surgem, instalando premissas de sustentabilidade e de boas práticas ambientais, conquistando um espaço significativo no mercado.

O ecoturismo se fortalece nas regiões pantaneiras devido à diferentes fatores e atores, dentre eles, as adequações de arranjos institucionais criados para organizar as atividades, e as diferenças na natureza dos atrativos visitados. Para isso, cada vez mais, o fortalecimento de tais arranjos institucionais e estruturas de governança são fundamentais para promover cadeias ecoturísticas organizadas, características particulares dos bens públicos, além de considerar os contextos onde prevaleçam valores de competição e cooperação.

Sob tais argumentos e procurando entender na prática os principais fatores ligados ao desenvolvimento sustentável da atividade ecoturística no Pantanal, compilamos informações sobre duas iniciativas de sucesso no município de Poconé e, à partir delas, listamos as principais práticas que fortalecem os sistemas locais e promovem a integração entre diferentes empresas, atores da sociedade civil e demais envolvidos.

Para o PCA, esses estudos objetivam a conservação das Áreas Úmidas e, com elas, a conservação dos recursos naturais, promovendo atividades que não somente garanta a saúde ambiental, mas a inserção do ser humano como protagonista de boas práticas locais.

Em ambos os casos, tanto o Sesc Pantanal, que é uma iniciativa do setor comercial que promove o lazer e a integração do desenvolvimento sustentável da região, quanto o projeto Panthera, no Porto Jofre, que se trata de uma organização de pesquisa científica e que se adequou à atividade ecoturística, trazem experiências práticas em como conseguiríamos replicar ações de sucesso e quais seriam as formas de otimizar o desenvolvimento local, e oferta comercial dos produtos e serviços desenvolvidos nesses locais, fortalecendo e empoderando atores locais para que cada vez mais as áreas sejam mantidas em sua forma natural.

6.1. SESC Pantanal - Poconé/MT

SESC | SESC PANTANAL
Poconé – Mato Grosso
Interface entre o turismo e o desenvolvimento local sustentável

Contatos:

❖ Christiane Caetano Rodrigues
Superintendente do Sesc Pantanal
supervisora@sescpantanal.com.br

❖ Cristina Cuiabália Neves
Gerente de Pesquisa e Meio Ambiente
cuiabalia@sescpantanal.com.br

❖ Mayara Fernanda Dal'Alberto Rodrigues
Chefe do setor de planejamento do Sesc Pantanal
mayara.rodrigues@sescpantanal.com.br

6.2. Projeto Panthera - Poconé/MT

PROJETO PANTHERA
Poconé – Mato Grosso
Fazenda Jofre Velho (10 mil ha)
Turismo Científico & Ecoturismo

Contatos:

❖ Rafael Hoogesteijn
rafhoogesteijn@gmail.com

❖ Mirtha Carpio de Hoogesteijn
mirthacarpio@hotmail.com

❖ Fernando Tortato
ftortato@panthera.org

❖ Suelen Leite
pantherabrasilong@gmail.com

Wetlands International Brasil
Rua do Marco, 1160, Vilas Boas
CEP 79.051-191
Campo Grande - MS - Brasil
+55 67 3045 5456
corredor_azul_pantanal@mupan.org.br
corredorazulpantanal.org

Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC www.fsc.org

Esta publicação foi realizada no âmbito do Programa Corredor Azul da Wetlands International, financiada por
dwb ecology